

Editora Prospectiva (Frutal-MG).

Livro Universidade, estudantes e a questão social em Ouro Preto.

Machado, Otávio Luiz.

Cita:

Machado, Otávio Luiz. (2013). *Livro Universidade, estudantes e a questão social em Ouro Preto*. Frutal-MG: Editora Prospectiva.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/otavioluizmachado/46>

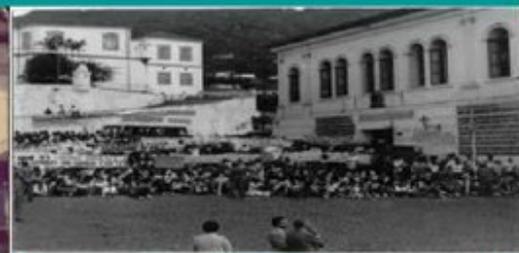
ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/pezx/P5y>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.



UNIVERSIDADE, ESTUDANTES E A QUESTÃO SOCIAL EM OURO PRETO

OTÁVIO LUIZ MACHADO (ORG.)



**EDITORA
PROSPECTIVA**

Otávio Luiz Machado
(Organizador)

**UNIVERSIDADE, ESTUDANTES E A QUESTÃO
SOCIAL EM OURO PRETO**

EDITORA PROSPECTIVA

Copyright 2013 by Otávio Luiz Machado

Capa: Editora Prospectiva

Foto de capa: Arquivo digital de Otávio Luiz Machado

Revisão: Otávio Luiz Machado

Edição: Editora Prospectiva

Machado, Otávio Luiz. Universidade, estudantes e a questão social em Ouro Preto. – Frutal: Prospectiva, 2013.

ISBN: 978-85-67463-17-9

1. Estudantes universitários – Comportamento. 2. Memória Histórica. 3. Educação extracurricular; 4. Moradia Estudantil.

CDU316.6:378.4

Contatos com o autor:

Caixa Postal nº 1, 382000-000 Frutal-MG

E-mail: otaviomachado3@yahoo.com.br

Tel: (34) 9668-9575



EDITORIA

PROSPETTIVA

SUMÁRIO

Apresentação 07

**PRIMEIRA PARTE: REPÚBLICAS E A
SOCIABILIDADE ESTUDANTIL 08**

**Educação, repúblicas estudantis de Ouro
Preto e compromisso social
Otávio Luiz Machado 09**

**As gírias dos estudantes da Universidade
Federal de Ouro Preto: singularidades e
perpetuação de tradições
Adriana Altíssimo França 28**

**Início de pesquisa nas repúblicas de Ouro
Preto: como funcionam as relações de
poder?
María Fernanda Salcedo Repolês 53**

**Repúblicas estudantis – festas e vitalidade
urbana no espaço ouro-pretano
Liliane Márcia Lucas Sayegy 62**

**SEGUNDA PARTE: EDUCAÇÃO
SUPERIOR E PATRIMÔNIO 96**

**A conservação de Ouro Preto
Rodrigo Meniconi 97**

**Os sintomas e as causas do declínio
José Murilo de Carvalho 104**

APRESENTAÇÃO

A expectativa da presente coletânea é a de possibilitar que estudos realizados sobre a vida universitária ou social de Ouro Preto tenham uma maior publicização, ao considerarmos que muitos trabalhos importantes precisam ser conhecidos dos moradores, dos estudantes, ex-estudantes, professores, funcionários públicos que estão ligados à cidade.

São estudos de pesquisadores com caminhos acadêmicos, níveis de formação, atividades profissionais e visões de mundo diferenciados. Mas que possuem em comum estudos interessantes, originais e fundamentais para a compreensão da realidade social já identificada.

PRIMEIRA PARTE:
REPÚBLICAS
E A
SOCIABILIDADE ESTUDANTIL

EDUCAÇÃO, REPÚBLICAS ESTUDANTIS DE OURO PRETO E COMPROMISSO SOCIAL

Otávio Luiz Machado¹

Resumo: *no presente ensaio buscamos apresentar uma reflexão sobre o alto valor educativo das repúblicas no ambiente de Ouro Preto. Como formadora de habilidades e competências fundamentais para a vida externa à Universidade, ao analisarmos pontos fundamentais no sentido de construir uma reflexão sobre a importância das repúblicas estudantis para a formação profissional de estudantes universitários, partimos do princípio de que a socialização profissional envolve diversas estratégias por parte dos agentes. O universo de pesquisa é singular e merece total atenção por parte de analistas e observadores.*

Introdução

O estudo sobre as repúblicas estudantis da cidade de Ouro Preto foi iniciado em 2000, focando no primeiro momento na especificidade das moradias, na trajetória e percursos ao longo da História para promover um balanço sobre suas principais contribuições ao longo de sua existência.

No segundo momento do projeto o foco foi a questão do protagonismo e dos movimentos juvenis em Ouro Preto, ao considerarmos que existe uma correlação entre a criação e a manutenção das repúblicas com o movimento estudantil.

Agora no terceiro momento pretendo discutir aspectos da formação educativa nas repúblicas de Ouro Preto.

A minha experiência em repúblicas

A procura de uma moradia estudantil adequada numa sociedade extremamente precária. Foi com esse dilema que os (as) ex-alunos (as) de Ouro Preto vivenciaram sua graduação, o que ainda permanece como uma importante herança aos atuais moradores.

Muitos de nós sonhávamos com um sistema de repúblicas que fosse eterno e que nunca renunciasse sua missão de tornar a vida estudantil de Ouro Preto mais rica e estimulante em qualquer situação. É possível que em vários momentos ficássemos um tanto quanto iludidos, porque a certeza de que sempre estávamos no caminho certo e nunca errávamos era mais forte.

Por nos considerarmos muito especiais, determinados e até predestinados, o cometimento de muitos erros foi natural. Talvez o maior deles foi o de não preparar as repúblicas adequadamente para o enfrentamento da exacerbação de preconceitos e perseguições que sofreriam no futuro, porque acreditávamos que nós próprios éramos o futuro, porque abandonaríamos nossas atividades por um período e dedicaríamos parte significativa da nossa energia, prestígio e recursos em defesa da “nossa casa” quando fôssemos convocados.

Os moradores das repúblicas perderam muito do seu status social. Uma parcela da população nem sempre vai estar ao seu lado, porque sequer conhecem a história e o presente de contribuição efetiva das repúblicas para a cidade de Ouro Preto, sem falar que a cada dia as repúblicas da própria Universidade se tornam a esmagadora minoria dentro da UFOP.

O que ouço de muitos moradores é que alguns poucos ex-alunos também não dão a mínima para as repúblicas, porque para eles as repúblicas ao longo do tempo se tornaram de tudo, menos repúblicas estudantis. Outros ex-alunos talvez não saibam dar sua contribuição aos atuais moradores, porque as repúblicas são para eles apenas um local de volta efêmera, que se resume a uma visita para bater um papo e tomar uma cerveja de tempos em tempos na Festa do 12 ou no 21 de abril.

Mas existem vários ex-alunos que tentam orientar os atuais moradores, propor saídas para os impasses na república e se tornar orientadores de verdade, passando suas experiências anteriores e buscando ajudar a resolver os problemas cotidianos das repúblicas. Existem também os que conciliam o lazer, a visita às repúblicas e aproveitam para orientar os atuais moradores.

Mas ninguém gostaria de estar na situação de quem mora nas repúblicas nos dias de hoje. Todos irão ficar marcados pelo resto de suas vidas pelo destempero e a violência contra suas repúblicas. Também estarão extremamente preparados, pois tal situação não deixa de lhes trazer um grande aprendizado.

Mas mal iniciamos o século XXI. E às vezes pretendemos que os moradores das repúblicas com um, dois, quatro ou cinco anos na mesma casa respondam agora pelas incompreensões que esse sistema de moradia acumulou em mais de um século de existência, por alguns poucos setores, na cidade de Ouro Preto.

Na passagem do século XX para o século XXI não foram poucos os documentos e as orientações pensando o futuro da humanidade. E que muitos se encaixam perfeitamente no debate sobre o futuro das repúblicas. Mas

nenhum deles foi tão lúcido quanto uma fala proferida em Paris pelo brilhante escritor Gabriel Garcia Márquez que, lamentando os inúmeros equívocos do seu país e da própria região – que se construiu sob as sombras da Europa –, passou o bastão para a próxima geração:

“A vocês, sonhadores com menos de 40 anos, corresponde a tarefa histórica de reparar essas enormes distorções. Lembrem-se de que as coisas deste mundo, dos transplantes de coração aos quartetos de Beethoven, estiveram na mente de seus criadores antes de estar na realidade. Não esperem nada do século 21, pois é o século 21 que espera tudo de vocês. É um século que não chega pronto da fábrica, mas sim pronto para ser forjado por vocês à nossa imagem e semelhança. Ele só será glorioso e nosso à medida que vocês sejam capazes de imaginá-lo” (1999).

Como não sabíamos que a pressão em cima das gerações que ainda podem reparar as nossas distorções seria tão implacável, inclusive colocando em dúvida a sua capacidade de gestão, a sua responsabilidade, o seu senso de solidariedade e de superação, então só nos resta assumir parte da culpa e tentar colaborar para que a questão seja resolvida, para que o povo brasileiro seja o grande vitorioso nessa história.

Existem posições das mais diversas contra as repúblicas e os estudantes: de pessoas que querem colocar os estudantes isolados da cidade e em verdadeiros campos de concentração; de pessoas que querem apagar a história das gerações de estudantes que se dedicaram a atividades em prol da cidade; pessoas que ao invés de educar a juventude, quer simplesmente reduzi-las a condição de outsiders, de marginais

ou de pilhadores da cidade; pessoas que querem colocar os estudantes como verdadeiros inimigos dos moradores da cidade de Ouro Preto; pessoas que querem ver a Universidade vendendo seu patrimônio e descaracterizando a sua própria identidade; pessoas que querem uma universidade tecnocrática, extremamente burocratizada e voltada apenas ao interesse do mercado; pessoas que não entendem ou não querem entender a singularidade das repúblicas e sua importância para a universidade e a sociedade.

O que não se percebe a todo o momento é o dinamismo das repúblicas. Elas sofrem mudanças significativas. O melhor exemplo está no maior diálogo com outros setores da universidade e da própria cidade, bem como da luta por sua sobrevivência física (mesmo com a eliminação de recursos públicos para a sua manutenção desde o governo FHC), além de servir como espaços de resistência aos diversos poderes constituídos (principalmente dos desmandos da Prefeitura) da cidade nos mais diversos momentos.

Vivência e aprendizado nas repúblicas: uma análise de documentos e falas correspondentes

A luta dos estudantes para a melhoria do ambiente educativo das repúblicas, a busca da manutenção dos prédios com a promoção de atividades que financiem uma parte dessas despesas e o envolvimento da sociedade naquilo que os próprios estudantes propõem como razoável encontram respaldo na própria Constituição Federal. O processo educativo não pode ocorrer sem a colaboração da própria sociedade, que também é responsável pela preparação das pessoas para o exercício da cidadania, do trabalho e do bem comum.

Em palestra proferida na UFOP, a Professora Barbara Freitag tratou das Perspectivas Educativas da UNESCO para o Século XXI. Numa exposição muito clara e marcada pela presença de diversos educadores de Ouro Preto, a nossa palestrante expôs as principais discussões que estavam ocorrendo no âmbito da educação pela UNESCO naquele momento, como o famoso relatório (de 1996), que naquele momento resumia os quatro pilares que deveriam reger a educação do futuro (conforme o resumo feito pela autora):

- Aprender a aprender: aprender coisas novas e aprender as mudanças que se processam no mundo (...) preservar o que é necessário, mas filtrar e aprender a desenvolver um mecanismo de aprender;

- Aprender a fazer: aprender a fazer coisas dentro das condições da sociedade moderna dada melhor ainda da sociedade do futuro;

- Aprender a viver com os outros: a aceitação do outro, que não entendemos, mas que precisamos compreender e aprender a respeitar em sua diferença;

- Aprender a ser: precisamos aprender a ser gente. Temos de aprender a viver nossa dignidade e a assegurar esta dignidade a todos os outros convivas.

O texto da conferência de Freitag foi publicado na revista de História do Laboratório de Pesquisa Histórica da UFOP.

Nos mais diversos documentos da UNESCO também são contemplados o aprimoramento dos programas visando uma educação para toda a vida. Não só uma educação que nos

Na busca da melhoria das repúblicas, a tentativa de aperfeiçoamento constante das casas visando o estabelecimento de um compromisso com a formação profissional mais adequada aos moradores das repúblicas é um fato a registrar. E é um direito inscrito na Declaração Universal dos Direitos Humanos (de 1948): “*Toda pessoa tem direito a uma educação de qualidade, que garanta o pleno desenvolvimento da personalidade humana*” (Artigo 26).

Então não basta fornecer moradia gratuita aos estudantes, mas permitir que eles tenham acesso facilitado, permaneçam, aprendam, progridam e contribuam para que os próximos moradores possam crescer e contribuir para a sociedade. Para que isso ocorra acho imprescindível que as repúblicas e a própria administração da Universidade trabalhem em conjunto, o que está sendo feito no momento.

Mas nem tudo pode ser tão animador quanto as falas de pesquisadores e dos documentos nacionais e internacionais produzidos na passagem do século (e de milênio).

Na “*Conferência Mundial sobre Ensino Superior*” da UNESCO, que foi realizada em Paris em 1998, foi tratada com destaque as expectativas de formação do universitário do século XXI. Eis algumas delas: de ser flexível e não se especializar demais; que invista na criatividade e não só no conhecimento; que aprenda a lidar com incertezas; que busca ter habilidades sociais e capacidade de expressão; que saiba trabalhar em grupo; que esteja pronto para assumir responsabilidades; que busque ser empreendedor e; que saiba de fato entender as diferenças culturais.

Foi um período fértil de idéias, como o documento “A educação: um tesouro está escondido em seu interior” (de 1996), que foi o resultado de um relatório da comissão internacional sobre a educação do século XXI.

Em palestra proferida na UFOP, a Professora Barbara Freitag tratou das Perspectivas Educativas da UNESCO para o Século XXI. Numa exposição muito clara e marcada pela presença de diversos educadores de Ouro Preto, a nossa palestrante expôs as principais discussões que estavam ocorrendo no âmbito da educação pela UNESCO naquele momento, como o famoso relatório (de 1996), que naquele momento resumia os quatro pilares que deveriam reger a educação do futuro (conforme o resumo feito pela autora):

- Aprender a aprender: aprender coisas novas e aprender as mudanças que se processam no mundo (...) preservar o que é necessário, mas filtrar e aprender a desenvolver um mecanismo de aprender;

- Aprender a fazer: aprender a fazer coisas dentro das condições da sociedade moderna dada melhor ainda da sociedade do futuro;

- Aprender a viver com os outros: a aceitação do outro, que não entendemos, mas que precisamos compreender e aprender a respeitar em sua diferença;

- Aprender a ser: precisamos aprender a ser gente. Temos de aprender a viver nossa dignidade e a assegurar esta dignidade a todos os outros convivas.

O texto da conferência de Freitag foi publicado na revista de História do Laboratório de Pesquisa Histórica da UFOP.

Nos mais diversos documentos da UNESCO também são contemplados o aprimoramento dos programas visando uma educação para toda a vida. Não só uma educação que nos

ajude ao mesmo tempo a pensar a agir na resolução dos problemas da nossa sociedade, mas de uma educação não bancária e que vá além do simples acúmulo de conhecimento que possibilite a extração individual, mas que seja uma educação que nos permita adquirir habilidades para contribuir com o desenvolvimento da própria educação e o nosso país.

Na conferência Mundial sobre Ensino Superior, que foi realizada em julho de 2009 com o tema *The New Dynamics of Higher Education and Research For Societal Change and development*, reafirmou-se os diversos princípios dos documentos de 1996 e 1998, que já foram expostos acima.

Também foi fundamental outra palestra que organizamos em 2000. O Professor Michel Thiollent contribuiu muito com sua apresentação intitulada “Reflexões sobre a Condição Estudantil”, que publicamos como capítulo de livro na coletânea “Movimento Estudantil Brasileiro e a Educação Superior” (2007).

O Professor Thiollent focou num aspecto crucial para o entendimento da vida em repúblicas, como “os aspectos da condição estudantil que dizem respeito à transição da adolescência para a idade adulta, à aprendizagem social e cultural fora das salas de aula, à percepção das mudanças que ocorrem na participação política dos jovens na sociedade”, bem como a questão do individualismo e dos valores de solidariedade no que se refere aos comportamentos dos estudantes e às possibilidades de livre expressão.

Também não se deixou dúvidas sobre a aprendizagem propiciadas pelas repúblicas:

“Boa parte da experiência, em termos de sabedoria, consciência política, gosto cultural e valores, é

adquirida de modo extra-curricular, nas conversas informais com colegas, nos bares, nas festas e, em caso de moradia coletiva, nos alojamentos ou repúblicas (...) Aprende-se muito nas universidades, como também aprende-se muito fora delas, nas ruas, nas praças, no centro, na periferia, no campo, conversando com colegas ou pessoas das mais diversas condições. A vida coletiva dos estudantes em repúblicas constitui um momento-chave de maior abertura para o mundo”.

Ao final de suas considerações, o Professor apontou para a ampliação das atribuições e atividades das repúblicas:

“As atividades intelectuais não se desenvolvem apenas como exigência curricular, mas como “projeto de vida”. Imagino que muitos estudantes de hoje, procurando promover formas de expressão cultural e dominar mecanismos da informação, poderiam, entre outros objetivos, pôr o seu conhecimento a serviço de iniciativas de cultura, formação e informação alternativas, em diversas áreas, sob forma de experimentações na vida social e cultural relacionadas com percepções do passado, do presente e com preocupações de futuro. Nesse sentido, o espaço de liberdade de expressão de que dispõem os estudantes universitários na organização comunitária das repúblicas poderia ser mais bem aproveitado e fortalecido por meio de uma mais efetiva inserção na cultura local”.

As falas de Freitag e Thiollent são muito significativas. Elas nos apontam para o aprendizado ao longo da vida, a importância da democracia como valor supremo e como a cidadania precisa ser construída, que são aspectos fundamentais quando pensamos em educação superior.

Em palestra na UFOP (2002), o Professor Elísio Estanque aceitou nosso convite para trocar experiências sobre as repúblicas de Coimbra e Ouro Preto. Como experiente Professor e Pesquisador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, também entendemos que sua fala propiciou um belo exercício de reflexão sobre as repúblicas e os estudantes de Ouro Preto, porque ele é um estudioso do tema das juventudes.

Um primeiro aspecto da fala de Estanque que trazemos é a relação entre repúblicas e a cidade.

“Ouro Preto e Coimbra possuem em comum o fato de serem cidades universitárias marcadas o seu cotidiano pela presença da universidade e dos jovens estudantes universitários (...) Parece-me, quer Coimbra, quer Ouro Preto, estruturam e reestruturam a sua identidade coletiva enquanto cidades por via da Universidade, por meio dos seus estudantes e pela própria projeção que a Universidade pode induzir”. “A cidade de Coimbra depende muito dos estudantes. A economia doméstica das famílias de Coimbra passa direta ou indiretamente pela presença dos professores, funcionários, estudantes etc”.

Para Estanque, as repúblicas em Coimbra recebem um tratamento digno por parte dos amplos setores da sua população:

“A relação da cidade de Coimbra com os estudantes é de acolhimento e aceitação. E há uma tolerância muito grande com o estudante. Não há de modo nenhum uma clivagem ou mesmo conflito nem mesmo latente entre a cidade de um lado e o estudante do outro. Pelo contrário, a

cidade recebe os estudantes e se orgulha de ser a cidade dos estudantes”.

Também destacou que o bom convívio entre população e estudantes é muito perverso, mas adverte que o respeito precisa ser mútuo:

“O divórcio entre cidade e universidade é negativo, particularmente em cidades como Coimbra e Ouro Preto. Porque a projeção da comunidade no mundo é a luta por reconhecimento. O que estamos a falar é a luta simbólica pelo reconhecimento que as comunidades buscam. Coimbra é conhecida principalmente pela sua universidade. No caso de Ouro Preto, pelo fato de ser patrimônio é uma vantagem enorme. E o fato de ser uma cidade estudantil também contribui para isso, porque se fosse uma cidade industrial seria mais difícil de preservar todo um ambiente paisagístico, arquitetônico e ambiental. Eu penso que as repúblicas que surgiram espontaneamente ao longo do tempo e tem o peso que tem e o significado social têm que ser mantidas, tem que ser reguladas, porque se tem irreverência também tem que haver limites”.

Como um dos educadores mais prestigiados de Portugal, o Professor Estanque também não ignorou a importância das repúblicas para a formação dos estudantes:

“Eu acho a questão das residências estudantis muito importante. E é uma forma do estudante ter sua aprendizagem social ao lado daquilo que aprende na sala de aula. Ele aprende a se relacionar com outros, e isso para mim é algo muito importante. Eu penso que isso poderia facilitar de fato a participação do estudante na vida cívica em geral. Universidade não pode ser uma coisa fechada. A universidade existe para servir a comunidade, para servir a sociedade. A universidade precisa ser uma coisa mais ativa e voltada à formação ao longo da vida. E isso significa que a

universidade não é só para o jovem que está se formando aos 23 ou 24 anos para desempenhar uma atividade profissional. A universidade é para todos, inclusive para a terceira idade”.

O Professor Estanque também expôs sua opinião sobre a questão da tradição nos dias de hoje focando na sua própria instituição, que já completou mais de setecentos anos de existência:

“As universidades e as cidades universitárias não podem mudar esse fenômeno irreversível da globalização. E as instâncias universitárias poderiam fazer muito mais do que fazem, porque é possível e desejável conciliar tradição com modernidade. E uma parte da Universidade de Coimbra vive só a olhar o passado glorioso e esquece que no presente vão surgir outras universidades mais dinâmicas. A Universidade de Coimbra precisa responder com iniciativas mais ousadas e mais modernas usando a sua própria tradição e a sua história como capital. Eu penso que tradição é fundamental. E Coimbra tem essa vantagem em relação às outras universidades. A questão é saber tirar daí o melhor proveito”.

Como um importante estudioso da experiência universitária, acredito que um dos pontos altos de sua fala foi definir com precisão o significado das “repúblicas”:

“A cultura juvenil e a irreverência estudantil tem muito a contribuir. A república é uma coisa fantástica. Se nos formos à origem do espírito das repúblicas nós iremos à Grécia e a própria origem da democracia. É a contradição ao individualismo. Essas civilizações, comandadas pelas grandes potências nos tem conduzido. A república é a obrigação da partilha, é aquilo que nos ensina a lidar com a diferença e tem um capital imenso. Um capital para a humanidade, mas também é um capital incrivelmente

importante para a própria pessoa conseguir mais tarde uma colocação. Em qualquer emprego ou em qualquer atividade o trabalho em equipe é fundamental. Temos de aprender a conviver com as diferenças”.

Estanque também fez um importante comparativo entre as repúblicas de Ouro Preto e Coimbra:

“Eu diria, comparando as repúblicas de Ouro Preto com as de Coimbra, talvez em Coimbra elas tenham um significado simbólico maior, mas tem uma representatividade menor que as de Ouro Preto” (...) As repúblicas que existem em Ouro Preto e em Coimbra devem ser incentivadas e devem ser apoiadas pela universidade e suas instâncias”.

Enfim, o debate sobre as moradias estudantis em Ouro Preto foi feito antes mesmo da criação da Universidade (1969). A questão das moradias universitárias está posta desde o início primeira instituição universitária no Brasil, a Faculdade de Direito de São Paulo. Em 1830, a falta vagas para moradia em São Paulo era um grande problema, cuja solução dada pelo diretor foi atender os estudantes fornecendo os cubículos de um mosteiro para que morassem.

Mas o debate que está debatendo de forma sistemática sobre a questão da moradia desde 2006 precisa avançar e chegar a parâmetros mais razoáveis e rápidos. É preciso reconhecer os avanços, bem como estudar o que foi pensado anos atrás sobre a inserção da universidade na sociedade, também.

Como foi o caso do Seminário *O Papel da Universidade Pública Brasileira* (em 1994). O então Reitor da UFOP, o Professor Renato Godinho Navarro, dirigindo-se ao maior educador do nosso País, o Professor Paulo Freire, veio reafirmar o seu compromisso com uma universidade pública:

“Eu não tenho dúvida, olhando do ponto de vista do estudante, de que o estudante formado entre quatro paredes é um, e o estudante formado junto com os problemas da população é outro tipo de estudante, outro sujeito histórico, uma outra pessoa com outro conceito de cidadania”.

O Professor Godinho podia estar se referindo especificamente aos estudantes moradores de república, que de alguma forma pertencem ao maior trabalho de extensão da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

Na ocasião, o educador Paulo Freire sabiamente teceu considerações sobre uma escola que permite o exercício glorioso da liberdade e a aventura de criar, bem como da briga pela superação dos problemas. E que o errar do jovem estudante seja de fato objeto de aprendizagem e reflexão. Mas nunca de repressão:

“Quando um aluno erra, eu o aplaudo, porque o erro mostrou que ele exercitou a curiosidade epistemológica. Tudo isso vai dando força aos que começaram timidamente a briga. Que continuem a briga, advertindo aqueles que têm medo. Essa briga vai terminar por afetar os impossíveis direitos, os injustos regalos, que vão começar a reagir, é claro, contra essa briga. É assim que a gente vai à luta diária, é assim que a gente vai viabilizando a luta (...) É preciso brigar, viver para brigar com os outros para que os outros façam, fabriquem essa cidadania. (...) “Então, exercitar a cidadania a cidadania, implica ter voz, discursar no sentido

figurado que estou dando, metafórico. É o direito de romper, de optar, é o direito de brigar, de sonhar, é o direito de ter utopias (...) a juventude precisa conhecer as diferenças (...) Ninguém aprende só dentro de um ângulo, metido numa camisa-de-força. É preciso o diferente” (Palestra de Paulo Freire na UFOP, 1994).

O debate em torno destes documentos e das próprias falas indicam que não só que precisamos dar conta dos problemas antigos, como também precisamos apresentar as possíveis soluções para os problemas que surgem hoje e acabam se acumulando sem nenhuma resposta para o futuro.

Mas não acredito que as repúblicas não estejam tão distantes do que pensam os especialistas e os próprios documentos. É com as palavras do maior educador do Brasil (que foi perseguido, incompreendido, expulso da Universidade, preso e exilado e por defender suas idéias em defesa de uma pedagogia do oprimido) que encerro o texto, colocando o seu conteúdo muito mais com o objetivo de incentivar os atuais moradores:

“Acho que a luta pela cidadania é de todo dia, de toda hora, é uma luta nossa. Tem que ser levada, tem que ser dada por nós (...) O grande trabalho do dominado é poder converter a força do opressor em fraqueza. A grande dialética da confrontação opressor-oprimido é esta. Chega o momento da experiência em que o oprimido transforma a sua debilidade em força, a força do opressor se amesquinha e é transformada em debilidade”.

Pois enquanto os estudantes tentam dialogar de forma aberta e fraterna com o Ministério Público, a administração da UFOP e os moradores de Ouro Preto para o encontro de caminhos para a melhoria das repúblicas, o que percebemos é a presença de outros setores que tentam destilar o seu *preconceito e ódio contra os estudantes*. Ou que querem jogar os estudantes em verdadeiros guetos, sem muitos argumentos factíveis.

Como pensava Paulo Freire, enquanto não formos sujeitos do nosso conhecimento e tivermos a capacidade de cavar a nossa própria liberdade e autonomia para vivermos a vida com dignidade, a chance de sermos oprimidos é muito maior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Sergio. *Os aprendizes do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- MACHADO, Otávio Luiz. “Casas de Estudantes e Educação Superior no Brasil: Aspectos Sociais e Históricos”. In: Otávio Luiz Machado e Michel Zaidan (orgs.), *Movimento Estudantil brasileiro e a educação superior*, Recife, Editora Universitária UFPE, 2007a, p. 191-208.
- _____. ‘Movimento estudantil na antiga Escola de Minas de Ouro Preto da UFOP entre 1964 e 1960’. In: Otávio Luiz Machado, Michel Zaidan e Luís Antônio Groppo (orgs). *Juventude e Movimento Estudantil: Ontem e Hoje*. Recife: Editora UFPE, 2008, p. 239-256.
- _____. “A festa continua”. In: *O Tempo*, Belo Horizonte, 10 de outubro de 1999.

- _____. “As repúblicas de Ouro Preto”. In: *O Tempo*, Belo Horizonte, 17 de março de 2000.
- _____. PINTO, Luiz Carlos; ANTUNES, Maurício Antunes. “Análise do discurso do novo movimento estudantil”. In: Otávio Luiz Machado e Michel Zaidan (orgs.), *Movimento Estudantil brasileiro e a educação superior*, Recife, Editora Universitária UFPE, 2007, p. 175-190.
- _____. (Org.) ; GROPPPO, Luis Antônio (Org.) ; ZAIDAN FILHO, M. (Org.) ; SOUSA, J. T. P. (Org.) . *Práticas e Perspectivas da Juventude Contemporânea*. 1. ed. Recife-PE: Editora Universitária UFPE, 2009. v. 1. 318 p. (No prelo).
- _____. Otávio Luiz. (Org.) ; ZAIDAN FILHO, M. (Org.) ; GROPPPO, Luis Antônio (Org.) . *Juventude e Movimento Estudantil: Ontem e Hoje*. 1a. ed. Recife: Editora Universitária UFPE, 2008. v. 1. 268 p.
- _____. (Org.) ; ZAIDAN FILHO, M. (Org.) . *Movimento Estudantil Brasileiro e a Educação Superior*. 1. ed. Recife-PE: Editora Universitária UFPE, 2007.
- _____. (Org.) ; ZAIDAN FILHO, M. (Org.) ; GROPPPO, Luis Antônio (Org.) . *Movimentos Juvenis na Contemporaneidade*. 1. ed. Recife-PE: Editora Universitária UFPE, 2008. v. 1. 200 p.
- MENICONI, Rodrigo Otávio. *A construção de uma cidade-monumento: o caso de Ouro Preto*. Belo Horizonte, fevereiro de 2000. (Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais).
- THIOLLENT, Michel. *Metodologia da Pesquisa-Ação*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.
- _____. “Maio de 1968 em Paris: testemunho de um estudante”. In: *Tempo Social*, São Paulo, 10 (2): 63-100, outubro de 1998.

_____. “A metodologia participativa e sua aplicação em projetos de extensão”. In: *Anais do III Sempe – Seminário de Metodologia de Projetos de Extensão*, 1999, São Carlos. Mimeo.

_____.
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. 1) *Plano de estruturação e implantação. Diagnóstico*. Fundação João Pinheiro, 1975. (Convênio UFOP/FJP; com interferência do DAU).

AS GÍRIAS DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO: SINGULARIDADE E PERPETUAÇÃO DE TRADIÇÕES (1)

Adriana Altíssimo França²

RESUMO: Este trabalho apresenta as gírias (formações neológicas) usadas pelos estudantes da Universidade Federal de Ouro Preto – MG e tem como objetivo descrevê-las e classificá-las sob a luz da Lexicologia e da Gramática Tradicional, além de elucidar certos aspectos históricos que permeiam o uso dessas formas. Tais itens foram coletados por meio de entrevistas com estudantes e ex-alunos da Universidade Federal de Ouro Preto, e a análise dos dados permite colocar que o uso dessas formas, dentre outros aspectos, faz dos estudantes sujeitos depositários de práticas e tradições únicas, que se confundem com a própria história da cidade de Ouro Preto e da Universidade Federal de Ouro Preto.

Introdução

O povoado de Ouro Preto foi fundado pela Bandeira de Antônio Dias em 24 de junho de 1698 e elevado à categoria de vila, em 1711, passando a chamar-se Vila Rica (2). A Inconfidência Mineira, no final do século XVIII, configura-se como um dos acontecimentos mais marcantes da cidade de Ouro Preto e de Minas Gerais, e é nessa ocasião, ainda no tempo da Colônia, que surge o desejo de se criar uma Universidade em Vila Rica. Ainda no século XVIII, Vila Rica vivia o apogeu do Ciclo do Ouro e era considerada a cidade brasileira mais importante do ponto de vista econômico. A

² Mestre em Letras pela UFMG e Professora em Sete Lagoas-MG.

vida cultural e artística dessa época também era intensa, o que apoiava os rebeldes inconfidentes a manterem sua contrariedade frente à dominação portuguesa; porém, com o fracasso da Inconfidência, a deportação de membros do movimento e a morte do líder, Tiradentes, a construção de uma Universidade acontece apenas no Império e, em 1823, a cidade foi elevada à Imperial Cidade de Ouro Preto.

Em 1839 e 1876, são criadas, respectivamente, a Escola de Farmácia e a Escola de Minas, ambas precursoras no Brasil em suas referentes áreas. Já, em 1897, Ouro Preto perdeu o *status* de capital mineira, notadamente por não apresentar alternativas viáveis ao desenvolvimento físico urbano, sendo a sede transferida para o Curral Del Rey, onde uma nova e planejada cidade era preparada (nessa ocasião, a Escola Livre de Direito, existente desde 1892, foi também transferida para a nova capital). De acordo com Machado (2003), a perda do título de capital da província provocou um esvaziamento populacional de até 40%; portanto, vários dos imóveis desocupados passaram a abrigar estudantes e ganharam a denominação “repúblicas” (nome adotado a partir da influência dos estudantes da cidade de Coimbra, Portugal). E, com esse grande deslocamento de pessoas, os estudantes foram responsáveis por conservar grande parte dos monumentos coloniais de Ouro Preto, já que inúmeros imóveis foram abandonados por seus donos.

Em 1969, a Universidade Federal de Ouro Preto (doravante UFOP) foi inaugurada, e a quantidade de estudantes, consequentemente de repúblicas, cresceu consideravelmente. Nos dias de hoje, coexistem na cidade as repúblicas federais (casas fixas, pertencentes à UFOP) e as repúblicas particulares (casas que são alugadas por estudantes

durante certos períodos, no entanto, algumas se tornaram repúblicas estáveis).

Os estudantes que ainda hoje habitam essas repúblicas possuem uma marca que os caracteriza, particulariza, que podem ser chamadas de formações neológicas: a adoção, em sua fala, de itens lexicais, que são aqui chamados de gírias (3). Assim, é objetivo deste trabalho apresentar e descrever as palavras usadas por esses estudantes, sob os pressupostos da Lexicologia (classificando-as de acordo com o tipo de neologismo configurado) e da Gramática Tradicional (considerando as classes morfológicas em que se encaixam tais neologismos e os processos de formação de palavras que alguns desses itens sofreram), bem como apresentar outros aspectos como: a possível origem de algumas dessas formas, seu significado e os contextos de uso.

1. Os neologismos e os processos de formação de palavras

Os neologismos podem ser caracterizados como “o elemento resultante do processo de criação lexical” (FERRAZ, 2006. p. 222); “como uma criação vocabular nova, incorporada à língua” (BIDERMAN, 2001, p. 203). Esses vocábulos refletem sobremaneira as mudanças pelas quais o léxico passa, pois é nos neologismos que se identifica o verdadeiro retrato da sociedade de uma determinada época. As formações neológicas de uma língua acontecem por meio de várias motivações: a necessidade de maior expressividade no discurso; a necessidade de se designar conceitos e objetos que até então não faziam parte de nossa vida social; assim, nos neologismos estão presentes novidades no que diz

respeito à economia, à política, aos esportes, à arte, à tecnologia, etc. E a neologia faz referência aos fenômenos que surgem em certos momentos numa língua, sejam aqueles de ordem fonética, fonológica, semântica, lexical, etc.

Dois tipos de neologismos podem ser distinguidos: o neologismo formal e o neologismo conceptual. Ainda, segundo Biderman (2001), o *neologismo formal* representa uma nova palavra introduzida na língua, que pode ser um termo vernáculo ou uma forma que passa a integrar o sistema linguístico por meio do contato com outras realidades linguísticas, sendo, assim, um empréstimo estrangeiro. Já no *neologismo conceptual*, observa-se não uma nova criação, mas um novo sentido sendo atribuído ao campo semasiológico de um significante qualquer. Na língua portuguesa citam-se: *excedente*, quando significa aluno excedente em relação às vagas da universidade; *incentivo*, quando estímulo fiscal, *dispositivo*, ao se referir a “um mecanismo disposto para se obter certo fim” e outros (Biderman, 2001, p. 203).

Também, para Alves (1994), o processo de criação de novas unidades léxicas denomina-se neologia, e ao elemento resultado desse processo, dá-se o nome de neologismo. A autora acredita que o estudo das formações neológicas permite analisar a evolução da sociedade que dela se utiliza, já que nos neologismos se reflete as transformações de toda ordem pela qual a língua passa. E que não basta a criação do neologismo para que ele se torne membro integrante do acervo lexical de uma língua, pois a comunidade linguística, pelo uso do elemento novo ou pela sua não difusão, decide se essa forma vai ou não integrar o idioma. Se o neologismo for frequentemente empregado numa comunidade de fala, pode se inserir em obras lexicográficas, nas quais perderá seu caráter

novo, passando a fazer parte da língua. E, para a estudiosa, são tipos de formações neológicas: a) a neologia fonológica; b) a neologia sintática (derivação, composição, formação por siglas, composição sintagmática); c) a neologia semântica; d) a neologia por empréstimos, entre outros. Dentre esses tipos, a autora destaca a ocorrência da derivação por prefixação (**não-filiados**, **anti-Ibope**, **anticonjugal**, **semirrestrito**, etc.), que consiste na união de um prefixo a uma base, acrescentando-lhe diversos significados e a derivação por sufixação, que acontece quando um elemento de caráter autônomo e recorrente atribui à palavra-base, à qual se associa, uma ideia acessória (**achistas**, **chaguistas**, **moreiristas**, **brizolistas**, etc.).

Além de outros processos, Alves (1994) cita a composição por siglas, ou acronímica, que consiste na redução de um sintagma, comumente pela extração das iniciais dos elementos componentes desse, em nome da eficácia e rapidez na comunicação; porém, tal feito só será possível, se a sigla for interpretada pelos receptores. São exemplos desse processo (PMDB, IPC, etc.). Também, os itens neológicos formados pelo processo de composição por siglas podem derivar novas unidades léxicas, de bastante domínio popular (**otenização**, **otenizar** – derivados de OTN; **peemedebismo** – oriundo de PMDB; **pefelismo** – de PFL) (4).

Segundo Carvalho (1984), quando se fala em neologismo, é intrínseca a referência a conceitos como mudança, evolução, novidade, criação, surgimento, inovação, pois além de testemunhar a criatividade de seus falantes, os neologismos têm profunda ligação com as manifestações do mundo exterior e as mais diversas áreas de conhecimento. E, segundo a autora, “a maneira mais simples e econômica de surgimento de uma palavra não é através de construção e sim

de mudança de sentido” (CARVALHO, 1984, p. 23). Ainda, a partir do momento em que o neologismo é criado, só passa a ter esse estatuto se for usado generalizadamente a ponto de ser um vocábulo disponível para pelo menos um grupo de indivíduos e, se depois começa a se difundir, o neologismo completa seu percurso, perdendo a consciência de fato neológico e se desneologiza. Isso vai ocorrendo na medida em que seu uso aumenta, diminuindo, portanto, seu impacto de novidade lexical.

Ainda, no campo das formações neológicas de uma língua, a gíria possui um papel preponderante. De acordo com Biderman (2001), a gíria pode ser caracterizada como uma criação popular que nasce de várias necessidades: maior expressividade, o desejo de originalidade, necessidade de não se fazer entender, etc. Segundo a autora, um dos pontos mais caracterizadores do fenômeno gírio é seu caráter efêmero, já que os usuários da língua, como frequência, preferem formas em detrimento de outras: É da essência da linguagem oral buscar o máximo de expressividade: assim, os usuários da língua a consideram, com frequência, desgastada e descolorida, o que os leva a inventarem novos matizes metafóricos e metonímicos para palavras velhas, ou a inventarem novas formas que eles julgam corresponder melhor àquilo que pretendem dizer. Por essa razão, a gíria se desgasta com rapidez e pode ser facilmente posta de lado e substituída por outra gíria (BIDERMAN, 2001, p. 207).

Para Gurgel (2000), a gíria é um instrumento de comunicação, e não apenas uma linguagem específica de grupos; é, ainda, um recurso legítimo usado para se fazer entender. No contexto urbano atual, a existência da gíria está diretamente ligada à necessidade de comunicação cada vez mais rápida. De acordo com Bastos (2002, p. 19): “... a gíria

se presta sobremaneira à comunicação atual em todos os níveis. Ela ampara, socorre, dá agilidade, beleza, simplicidade, como ainda dificulta, camufla, protesta, ofende, e dá outros rumos à conversa e enriquece o linguajar”. Quando a gíria passa a ser utilizada como marca original, ela pode ser denominada *signo de grupo*. Para Preti (1984), podemos caracterizar o aparecimento das gírias, relacionando-o com uma necessidade dos falantes de se fazerem entender, inicialmente, dentro de um grupo fechado (gíria de marginais, polícia, estudantes ou de outros grupos e profissões). Existe, porém, a chamada *gíria comum*; ligada ao uso já vulgarizado, que deixa de fazer parte apenas do vocabulário de grupos restritos e passa a compor o vocabulário popular, sendo difícil, assim, estabelecer um limite entre o último e o vocabulário gírio. O aparecimento da gíria como fenômeno de grupo restrito é decorrente da própria dinâmica social e linguística bem como sua vulgarização.

2. A coleta de dados

Para se chegar ao *corpus* da pesquisa, entrevistas com ex-alunos e estudantes da UFOP foram feitas. Essas entrevistas seguiram os pressupostos da Teoria da Variação (LABOV, 1972, 1995), já que uma situação de fala distensa foi privilegiada; e os objetivos da realização de entrevistas com os ex-alunos foram: 1) verificar se os itens lexicais que figuram em seu léxico são os mesmos encontrados na fala dos universitários; 2) observar se itens lexicais utilizados, enquanto estudantes, ainda figuram no léxico estudantil, e se houve alteração semântica, com o passar dos anos, em alguma forma; 3) conhecer a possível origem dessas gírias. Dessa

forma, 8 entrevistas com ex-alunos de dez a cinquenta anos de formados foram realizadas. De caráter essencialmente informal, as conversas duraram, em média, trinta minutos, e aconteceram, em sua maioria, durante o evento no qual grande parte das repúblicas comemora seu aniversário: a Festa do Doze. Nessa ocasião, ex-alunos que moram em diversas partes do país retornam às repúblicas, com seus familiares, para relembrar os tempos de estudante, receber homenagens, conhecer os novos moradores de suas repúblicas; mantendo uma tradição iniciada, desde que as primeiras repúblicas foram criadas e tornaram-se repúblicas fixas. Nas palavras de Sardi (2000, p. 177):

Como em nenhum outro lugar no Brasil, as repúblicas de moradia estudantil de Ouro Preto são permanentes no sentido de que não se dissolvem quando um grupo de alunos conclui os estudos. Os ex-alunos, por tradição, visitam-nas, em retorno, regularmente, mesmo depois de décadas de formados (...).

Também foram realizadas entrevistas com o 8 universitários, de cursos e períodos variados, que duraram, em média, cinquenta minutos, e a eles foram endereçadas perguntas que tratavam das singularidades da vida estudantil; do processo de adaptação a uma nova cidade; vida em república; relações afetivas em Ouro Preto; rotina de estudos; relacionamento com os ouro-pretanos; etc. Todas as entrevistas realizadas com os universitários aconteceram em suas próprias repúblicas, acontecendo até de um segundo estudante fazer parte de uma das conversas.

3. A classificação dos dados coletados segundo os pressupostos da Lexicologia e da Gramática Tradicional

Foram detectadas **212** ocorrências de gírias **(5)** na fala dos estudantes. A maioria dos itens lexicais identificados foram classificados como neologismos conceptuais, pois se apropria de um significante já existente, atribuindo-lhe uma nova conotação. Uma pequena parte deles configura-se como criações formais, pois trata-se de palavras que não constam nos dicionários formais da língua portuguesa (BIDERMAN, 2001). Os itens foram listados, adaptando o que foi sugerido por Antunes e Vianna (2006), que se basearam em modelos lexicográficos **(6)**:

- 1- Escrita do vocábulo;
- 2- Informações gramaticais;
- 3- Registro de variações na pronúncia, quando houver;
- 4- Definição;
- 5- Exemplificação contextual;
- 6- Formas derivadas do item lexical;
- 7- Sinônimo (s).

1. AGARRAR v. trans. dir., v. trans. ind., v. intr. • “garrar”, “garrei” • Reprovar-se numa disciplina, perder o período. • *Cálculo I agarra muita gente; “garrei” em muitas cadeiras; eu “garrei” uns três períodos.* • agarrado (a) • **Reprovar-se.**

2. ARRANCAR v. trans. dir., v. intr. • “rancar”, “ranquei” • Passar em uma disciplina, ser aprovado no período. • *o problema foi “rancar” Cálculo I; eu “garrei” uns três períodos, depois arranquei.* • **Aprovar-se, Passar.**

3. **BATALHA** subst.fem. • Período de experiência pelo qual o calouro passa antes de ser ou não aceito na república. • *Minha batalha durou uns sete, oito meses; a batalha aqui é muito tranquila.* • **Luta, Peleja.**

4. **BICHO** subst. 2 gen. • Aluno novato na república. • *às vezes o bicho não fica na casa; passa os nomes dos ex-alunos 'pros' bichos 'decorar'.* • bicharada • **Calouro.**

5. **BORRACHA** adj. 2 gên. • Disciplina ou prova fáceis. • *mas tem aquelas que são borracha demais; uma vez eu perdi uma cadeira muito borracha por falta.* • borrachada • **Fácil, Simples.**

6. **CAMOFO (a)** subst./adj. • Homem ou mulher que se relacionam afetivamente com muitas pessoas. • *me chamou de camofa... disse que eu não prestava; mas as camofas do centro não deixam.* • camofagem, camofeiro, camofeira, camofar, camofando. • **Mulher/homem fácil.**

7. **CATAR** v. trans. dir. • Desistir de algo: república, curso, disciplina, por exemplo. • *depois de ser escolhido, ele catou a república; uma vez eu catei uma prova, quase morri de arrependimento.* • **Desistir.**

8. **COMADRE** subst. fem. • Empregada doméstica. • *A presidência é minha; eu faço as compras, pago as contas, pago a comadre; tudo é comigo; Quando sou presidente a primeira coisa que eu faço é pagar a comadre...* • **Empregada, doméstica.**

9. DOUTOR (a) subst. • Moradores mais velhos na república, estudantes que instruem os calouros das tarefas a serem cumpridas. • *os doutores são quem passam as tarefas pros bichos; Às vezes os doutores não ajudaram ele.* • **Veterano.**

10. ESCOLHA subs. fem. • Aceitação do calouro na república. • *a minha escolha foi legal; aconteceu no dia da minha escolha.* • escolhido (a) • **Seleção, Opção.**

11. FERRAR v. trans. dir, v. intr. • *tem gente que ferra muito, eu não ferro muito; tive que ferrar constitucional e tava doente.* • ferração, ferrador, ferradora. • **Estudar.**

12. FINA subs. fem. • Apostila, cópia reprográfica e anotação que contém conteúdos das aulas, cola. • *a gente descobriu muitas finas espalhadas; tem prova que só com fina mesmo pra fazer.* • finário • **Apostila, Cola (inf.).**

13. PENSÃO subs. fem. • República onde a organização e a amizade entre os moradores não é exemplo para outras. • *tem muita pensão por aí, o pessoal não é amigo direito, a casa é largada; a república que eu morava era uma pensão.* • pensionista • **Casa desorganizada.**

14. PRESIDENTE (7) subs. 2 gên. • Estudante responsável por administrar as contas da república num determinado mês. • *O presidente não pode vacilar porque senão prejudica todo mundo; aqui em casa a presidente faz as compras do mês, divide a luz, o telefone, tudo é responsabilidade dela no mês.* • **Administrador, Governanta.**

15. ROCK subst. masc. • Festa, comemoração. • *Vou muito pouco nos rocks, não consigo acordar e subir pro campus se eu for...* • **Festa, comemoração.**

16. ROMBUDO (a) adjetivo. • Estudante que consegue boas notas; disciplina e professor exigentes • *a Engenharia tem matéria muito mais rombuda; por causa dos professores que são rombudos demais* • **Difícil, Exigente.**

17. SEMIBICHO subst. 2 gê. • Morador da república que passou recentemente pelo processo de ‘batalha’ e que é o responsável direto por passar as instruções para calouro. Morador ainda não considerado um doutor. • *quando eu era semi-bicho fui muito mais cobrada do que quando eu era bicho; eu acho mais difícil ser semi-bicho, sua responsabilidade dobra.* • **s/correspondente**

18. TEORIA subst. fem. • Estado de um estudante avesso a festas, metódico. • *quando uma pessoa vive na teoria, não sai, é cheio de frescura com as coisas.* • teórico (a) • **Responsabilidade, Preocupação, Método.**

19. VENTO subst. masc. • Desarrumação dos pertences dos calouros (roupas, livros, etc) • *A gente dá o vento ou pega as roupas do bicho e espalha nas repúblicas femininas...* • **Bagunça.**

Após a identificação e descrição dos itens lexicais “especiais”, procedeu-se à distribuição dos principais itens lexicais, fazendo referência aos pontos abaixo:

- a) Classe morfológica à qual pertencem as palavras;
 b) Classificação de acordo com o tipo de neologismo configurado;
 c) Processo de criação lexical pelo qual passou o item.

QUADRO 1

Distribuição dos itens lexicais “especiais” dos estudantes

Item lexical	Classe Morfológica	Tipo de Neologismo	Processo de Formação Neológica
Agarrar	Verbo	Conceptual	X
Arrancar	Verbo	Conceptual	X
Batalha	Substantivo	Conceptual	X
Bicho (8)	Substantivo	Conceptual	X
Borracha	Adjetivo	Conceptual	X
Camofó (a) (9)	Subst./Adj.	Formal	Sigla
Camofagem	Substantivo	Formal	Derivado de sigla
Camofeiro (a)	Adjetivo	Formal	Derivado de sigla + derivação por sufixação
Catar	Verbo	Conceptual	X
Comadre	Substantivo	Conceptual	X
Doutor (a)	Substantivo	Conceptual	X
Escolha	Substantivo	Conceptual	X
Escolhido (a)	Adjetivo	Conceptual	X
Ferrador (a)	Adjetivo	Conceptual	X
Ferração	Substantivo	Conceptual	X
Ferrar	Verbo	Conceptual	X
Fina	Substantivo	Conceptual	X

Item lexical	Classe Morfológica	Tipo de Neologismo	Processo de Formação Neológica
Finário	Substantivo	Formal	Derivação por sufixação
Pensão	Subst./Adj.	Conceptual	X
Pensionista	Adjetivo	Conceptual	X
Presidente	Substantivo	Conceptual	X
Rock	Substantivo	Conceptual	X
Rombudo (a)	Adjetivo	Conceptual	X
Semibixo	Substantivo	Formal	Derivação por Prefixação
Teoria	Substantivo	Conceptual	X
Teórico (a)	Adjetivo	Conceptual	X
Vento	Substantivo	Conceptual	X

A análise do quadro acima permite pontuar que:

1. A maioria dos neologismos detectados na fala dos universitários é conceptual, pois se apropria de um significante já existente e muda-lhe o sentido original;
2. O vocábulo *camofo (a)/camofagem, camofeiro(a), semibicho* e *finário* são considerados neologismos formais, porque se trata de palavras não existentes na língua portuguesa. O primeiro item foi formado por meio da composição por sigla ou acronímica, e gera outras unidades léxicas, *camofagem, camofeiro (a)*. Os dois últimos lançam mão de operações derivativas, a prefixação e a sufixação, consideradas os processos léxico-dinâmicos mais produtivos da língua portuguesa;
3. O sufixo – **dor**, em *ferrador* (também usado no feminino), indica um agente, um responsável por determinada ação, no

caso, estudar, tal como – **eiro**, que contém implícita a idéia de um agente: *camofeiro (a)*. O sufixo – **agem** deu origem a uma unidade léxica de caráter substantival: *camofagem*. Já – **ção** é um dos sufixos responsáveis por mais formações neológicas na nossa língua e formou *ferração* no léxico estudantil;

4. As classes morfológicas proeminentes foram a classe do substantivo e a do adjetivo;

5. As flexões de verbos seguem os padrões de conjugação verbal: *ferrar (ferro, ferra)*; *agarrar (agarrei, agarra)*; *catar (catou, catei)*;

6. Os nomes *camofa*, *doutor*, *ferrador*, *rombudo*, *teórico*, são biformes, pois apresentam uma forma para o masculino e uma para o feminino; *bicho*, *semibicho*, *presidente*, *pensionista*, apresentam apenas uma forma, sendo comum-de-dois-gêneros.

3.1 Aspectos históricos e semânticos das gírias

Apresentam-se, agora, o que as entrevistas com ex-alunos e outras fontes de pesquisa elucidaram sobre a origem do léxico estudantil e seu uso no passado.

Uma hipótese sobre a possível origem da palavra *camofa* pode ser levantada: por volta de 1960 – 70, um item parece ter sido criado por oficiais da Força Aérea de Barbacena. Em tom pejorativo, tal palavra na verdade era uma sigla que significava: Centro de Abastecimento de Mulheres para Oficiais da Força Aérea **(10)**. Outra ocorrência foi detectada em São João Del-Rei. Dessa vez, *camofa* e *camofa* se referiam a mulheres e homens naturais da cidade ou de Minas Gerais. No caso das mulheres, pode ser percebido certo

ar pilhérico, como se observa no trecho abaixo, possivelmente escrito por um estudante da época a outros colegas:

Naquele segmento de mercado, o índice camofa por macho andava entre 4 (quatro) e 5 (cinco). Recordem-se os leitores que a premissa básica que trouxe a junta a São João Del-Rei foi o índice 14, veiculado em caráter confidencialíssimo pelo aluno Morresi ao modesto ensaísta (11).

Essas informações levam a crer que tal palavra pode ter sido levada para Ouro Preto por estudantes naturais de Barbacena ou São João Del-Rei. As entrevistas realizadas com ex-alunos corroboram a data citada acima. Um deles, que permaneceu em Ouro Preto entre 1950 e 1955, declarou não ter conhecimento do item *camofa*; o que sugere que esse termo só passou a ser usado após 1955, sustentando a tese de que essa palavra foi criada entre a década de 1960 e 1970 e só depois levada para Ouro Preto. Já os ex-alunos com trinta e cinco anos de formatura, que viveram em Ouro Preto de 1970 – 1975, conhecem o item e fizeram uso dele. Primeiro, referindo-se às mulheres naturais da cidade; depois se estendendo aos homens, pois, aqueles que se relacionavam com as *camofas* eram taxados, então, de *camofeiros*. À medida que novos cursos foram criados e a presença de estudantes do sexo feminino se intensificou, tal item também se estendeu a elas e ganhou um valor pejorativo, que parecia não existir antes.

Se o item *Camofa* ainda não fazia parte desse léxico há cinquenta anos, outros existiram e não mais constam no léxico dos *Universitários*: *bitola*, *ferrão*, *benta*. O item *bitola*, por exemplo, significava exame final oral. Como esse tipo de avaliação não mais existe, a forma desapareceu, já que houve a perda da referência. Outra forma que desapareceu foi *benta*

(apostila) e *ferrão* (aluno que estudava muito). Esta última foi, por algum motivo, substituída por *ferrador*. E, levantamos também a hipótese de que *benta* foi substituída por *finá*, já que ambas possuem, praticamente, o mesmo significado, uma vez que uma das acepções de *finá* é *apostila*, e de não ser necessária a existência de dois significantes com sentidos tão próximos, falados no mesmo grupo. Para Assumpção Júnior (1986), a língua se encarrega de selecionar ou rejeitar signos supérfluos, com o objetivo de se evitar problemas e viabilizar a comunicação entre os falantes.

Além de *finá*, outras formas já existentes nessa época são *ferrar*, *rombudo* e *arrancar*. Esses itens se mantiveram e não sofreram alterações semânticas ao longo do tempo; de acordo com um ex-aluno: “*ferrar* era estudar, até hoje é assim, né?”, e *rombudo* já significava matéria difícil ou professor exigente, que se originou, possivelmente, do nome de um autor de livro de geometria descritiva (Roubauldi), publicação que gerava receio nos estudantes, pela dificuldade, e por ser material de estudo básico dos cursos de Engenharia. Ao ter sua forma e pronúncia adaptadas à língua portuguesa, esse item se confronta com outro já existente na língua (*rombudo*), que possui um significado diverso nos dicionários (estúpido, rude); por esse motivo, o item *rombudo* foi classificado como um neologismo conceptual. O item *arrancar* também já existia, como se o aluno se livrasse de um grande fardo, ao passar em uma disciplina. Portanto, os depoimentos com ex-alunos com cinquenta anos de formados sinalizam que *ferrar*, *finá* e *rombudo* e *arrancar* são os itens mais antigos e que ainda fazem parte do léxico dos universitários.

Aqueles que possuem trinta e cinco anos de formatura usavam as formas antigas acima juntamente com *borracha*, *arrancar* e *teórico*, com a mesma conotação de hoje; mas parece que não usavam *semibicho* e *pensão*. Segundo um deles, a hierarquização dos moradores nas repúblicas não acontecia como hoje e nem sempre ela de fato ocorreu. A figura dos ex-alunos era a única que recebia um tratamento diferenciado, sem haver uma distinção tão rígida, como acontece nos dias atuais, entre moradores mais velhos e mais novos na república. Como *semibicho* reflete essa hierarquia, não era, então, utilizada; e a palavra *pensão* era usada no seu sentido literal, ganhando uma nova acepção somente mais tarde: “na minha época *pensão* era *pensão* mesmo... aquela casa que alugava quartos 'pros' estudantes”. Esse item, então, sofreu uma alteração semântica e ganhou uma conotação negativa.

Ainda, de acordo com esses ex-alunos, o item *catar* possuía um uso mais restrito do que nos dias atuais. Enquanto os estudantes daquela época o utilizavam apenas no que se referia ao contexto acadêmico, *catar uma matéria*, por exemplo, os estudantes da atualidade fazem um uso mais generalizado: *catar o período*, *catar uma cadeira*, *catar uma festa*, *catar um calouro*. E, assim como o calouro não era *catado*, ele também não era *escolhido*, porque a palavra *escolha* também não constava no léxico com essa conotação, “o bicho ou era aceito, ou saía, ou era expulso, mas não *catado* ou *escolhido*”, segundo um ex-aluno. Naquela época o processo de batalha era diferente dos dias de hoje, pois os calouros batalhavam vaga em várias repúblicas ao mesmo tempo, e uma delas o escolheria. Esse processo, como existe na atualidade, deve ter começado quando o número de alunos aumentou, e as vagas nas repúblicas se tornaram mais raras,

obviamente. Era comum o fato de cinco calouros disputarem duas vagas, por exemplo, sendo preciso escolher, literalmente, quem ocuparia uma vaga na república. Mas, com o passar dos anos, pelo fato de surgirem moradias alternativas às repúblicas federais, o número de vagas passou a não ser um grande problema, em algumas épocas, e não era incomum sobrar vagas nas repúblicas. A forma *escolha* permaneceu, ainda que o processo de seleção não se tratasse mais de uma opção entre um ou outro calouro; ou seja, ela não foi revista.

O item *doutor*, antes de ser utilizado pelos estudantes de Ouro Preto, provavelmente, já era usado em Coimbra (12), Portugal. Segundo Machado (2003), houve, na década de 1950, um intenso intercâmbio entre os estudantes coimbrãos e os ouro-pretanos. É provável, então, que esse item lexical, assim como outros, tenham sido adotados pelos estudantes ouro-pretanos, por meio do contato com os universitários portugueses.

Interessante, também, é observar os processos de formação de algumas dessas palavras. O uso do prefixo *semi-* acontece para se referir ao estudante que já passou pela *batalha de vaga*, mas ainda é o mais novo dos moradores e responsável direto pelo calouro. Por ser a pessoa mais próxima do *bicho* e por ainda não ser considerada totalmente um *doutor*, esse prefixo pareceu razoável aos estudantes. Para Alves (1994, p. 28), “a produtividade da derivação prefixal no português contemporâneo parece-nos revelar, em muitos casos, um desejo de economia discursiva por parte do falante”. Então, o uso de prefixos pode resumir idéias, configurando-se como um meio econômico de se expressar, facilitando a rapidez na comunicação; em vez de usar um termo como “morador que ainda não é doutor” ou “bicho que

acabou de ser escolhido”, tornou-se mais viável e sintético criar *semibicho*.

A forma *bicho* apresenta um uso mais generalizado, pois não acontece apenas entre os estudantes da UFOP. De acordo com Preti (1984), o item *bicho* surgiu inicialmente como um signo de grupo, no qual possuía uma conotação agressiva. Ao se vulgarizar, ou tornar-se uma gíria comum, evoluiu semanticamente e, na década de 70, substituía *amigo*, *colega*, *cara*, revelando um tratamento carinhoso entre interlocutores. Na atualidade, é raramente utilizado com essa conotação, mas largamente usado no contexto acadêmico brasileiro, no qual parece ter recuperado um pouco de seu caráter negativo, pois designa um estudante que ocupa uma posição inferior a seus colegas veteranos.

E a forma *república*, que não foi descrita junto com as demais nem contabilizada nos dados, também possui uma história interessante. De acordo com Sardi (2000, p. 177), há pelo menos três explicações, não excludentes entre si, para a adoção da palavra, com a conotação ganhada no contexto estudantil:

A primeira se refere ao fato das organizações de moradia estudantil se considerarem soberanas, autônomas, com nenhum “outro poder acima”, res publica = coisa pública, em latim, a exemplo das soberanias de Estados. segunda versão diz respeito ao fim da monarquia e do “Império do Brasil”. último gabinete parlamentar imperial, encabeçado pelo Ministro Ouro Preto, recebeu a rejeição dos estudantes locais, quando de uma visita à Capital de Minas Gerais, através da expressão “república”, afixada nas fachadas das moradias estudantis. A Monarquia no Brasil foi eliminada em 15 de novembro de 1889. A terceira, segundo o professor Marco Antônio Tourinho Furtado, vice-reitor da UFOP no período de 1997 – 2000, diz respeito ao fato de que na Idade Média, nas principais cidades da Europa, as casas de moradia estudantil eram denominadas “repúblicas”.

Nas duas primeiras hipóteses, constata-se que o uso da palavra república se deu de forma a contemplar seu significado, mas atribuindo-lhe outro significado, como um neologismo conceptual. Essa forma já atingiu um uso generalizado, conhecido e utilizado não somente por pessoas que fazem parte de um contexto acadêmico específico. Nas diversas cidades onde existem universidades, a reunião de estudantes em casas é chamada de *república*, indiscriminadamente, indicando um neologismo que percorreu um caminho conhecido: figurar como forma específica de grupos, no caso de estudantes, espalhar-se por outros grupos e depois se desneologizar, passando a fazer parte dos dicionários da língua, como prevê Carvalho (1984).

4. Conclusões

As gírias usadas pelos estudantes ouro-pretanos constituem uma marca distintiva desse grupo e podem ser consideradas, então, um *signo de grupo*. Essa especificidade lexical provavelmente não foi adotada por outros grupos de estudantes brasileiros (13) e também os moradores da cidade de Ouro Preto não a adotam (14). Além disso, vários dos itens usados não são efêmeros, o que pôde ser comprovado por meio de entrevistas com ex-alunos. Parece que contribuem com a longa vida desse léxico a estrutura das repúblicas e as tradições prescritas por outros estudantes (hoje ex-alunos), no passado. E, uma vez que os itens criados há muitos anos não foram adotados por outros grupos, não houve, então, a

necessidade de renová-los, pois essas formas ainda servem como marca, que distinguem os universitários ouro-pretanos.

A análise qualitativa mostrou também que a maioria dos itens lexicais listados classifica-se como neologismo conceptual; corroborando o que diz a literatura, que prevê que o aproveitamento de um significante e a mudança de seu significado é a maneira mais fácil de criar-se um neologismo, e que as gírias referem-se, principalmente, à rotina escolar e ao cotidiano dos estudantes em suas repúblicas: *bicho*, *ferrar*, *batalha e escolha*, por exemplo, e à vida social e afetiva, *camofó* e formas derivadas, *rock*, etc.

O fato de esses itens não serem efêmeros indica, também, que os estudantes possuem a característica de manutenção de valores e tradições antigos, que foram repassados pelos alunos de outrora como uma herança, preservada pelos alunos dos dias atuais. Tal fato faz de Ouro Preto uma cidade universitária diferente das demais, já que, além da preocupação com os estudos, os estudantes também possuem uma importante tarefa: a de repassar aos novos alunos todas as tradições e práticas, que perpetuam e singularizam as repúblicas, conseqüentemente, a Universidade Federal de Ouro Preto.

NOTAS DO CAPÍTULO

(1) Este artigo é parte da dissertação intitulada “O léxico da comunidade de Ouro Preto – MG: da (im) possibilidade de reflexos do contato linguístico”, orientada pela Profa. Dra. Eunice Maria das Dores Nicolau, e defendida em agosto de 2008, pela Universidade Federal de Minas Gerais.

(2) <http://www.guiacachoeiradocampo.com.br/ouropreto.htm>

(3) Ainda que muitas das formas identificadas na fala dos estudantes ouro-pretanos tenham até cinquenta anos de uso, o que não condiz, em parte, com o conceito de gíria, classificá-las-se-á, aqui, tais palavras como gírias.

(4) Os exemplos de derivação por prefixação e sufixação e de composição acronímica são de *corpora* jornalísticos da década de 70 aos anos 90, coletados e analisados por Alves (1994).

(5) Os dados da pesquisa foram coletados no segundo semestre do ano de 2006; portanto algumas das formas aqui descritas podem ter perdido ou ganhado conotações; e novas formas, não apresentadas neste trabalho, podem fazer parte do léxico estudantil hoje.

(6) A Lexicografia é a ciência dos dicionários; possui, dessa forma, a importante tarefa de perpetuar a memória coletiva da sociedade em publicações que seguem critérios e padrões rigorosos.

(7) Em caráter informal, também foi observado que os estudantes usam a forma “presidência” para indicar a caixinha do mês, ou o montante de dinheiro pago por todos os moradores da casa para pagamento das despesas.

(8) Pôde-se observar, informalmente, que os estudantes escrevem a palavra bicho, de forma a alterá-la graficamente: *bixo*. Porém, como os dados orais foram coletados e não se pediu a eles que escrevessem as palavras que usam, grafaram-se tais formas de acordo com a forma canônica.

(9) Assim como o item bicho, observou-se, casualmente, que *camofô/camofa/camofagem* são normalmente escritos da seguinte forma: *kamofô/kamofa/kamofagem*.

(10) Tal dado foi retirado de um pequeno dicionário de gírias feito, supostamente, por oficiais formandos em 1972, em Barbacena, disponível na home-page:

www.geocities.com/capecanaveral/launchpad/3372/dic.html.

Acesso em 05 jul. 2007.

(11) _____ Trecho retirado da home-page: www.alunos.com/textos/00938_13.htm. Acesso em 05 jul. 2007.

(12) A cidade universitária de Coimbra provavelmente inspirou a organização das repúblicas e a manutenção de suas tradições, tal como acontece em Ouro Preto. Essa universidade remonta ao século XVI, e os textos de alguns estudiosos da tradição coimbrã citam vários aspectos semelhantes entre as duas cidades e suas repúblicas.

(13) Tal afirmação se deu com base em análises assistemáticas da fala de universitários que estudam em outras Universidades brasileiras.

(14) A dissertação que deu origem ao presente artigo concluiu também que os moradores da cidade, pessoas que ali nasceram ou a escolheram como local de residência, diferentemente da maioria dos estudantes, não usam as gírias por eles faladas, o que reforça a classificação dessa linguagem como um *signo de grupo*, que particulariza os estudantes ouro-pretanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Ieda Maria. *Neologismo: criação lexical*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994. 93 p.

ANTUNES, Carolina; VIANA, Marlene Machado Zica. O dialeto rural não é mais aquele... In: SEABRA, Maria Cândida Trindade de (org). *O léxico em estudo*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, 2006. p. 217-234.

- ASSUMPTÃO JÚNIOR, A. P. *Dinâmica léxica portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença, 1986. 157 p.
- BASTOS, Paulo. E aí?... Beleza?: *a TV por detrás da gíria*. 2002. 156 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.
- BIDERMAN, Maria Tereza. *Teoria lingüística: teoria lexical e lingüística computacional*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 277 p.
- CARVALHO, Nelly. *O que é neologismo*. São Paulo: Brasiliense, 1984. 76 p.
- FERRAZ, Aderlande Pereira. A inovação lexical e a dimensão social da língua. In: SEABRA, Maria Cândida Trindade de. *O léxico em estudo*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, 2006. p. 217- 234.
- GURGEL, J. B. S. *Dicionário de gíria: Modismo Lingüístico, o equipamento falado do brasileiro*. São Paulo: Independente, 2000. 471 p.
- LABOV, William. *Sociolinguistics patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972. 344 p.
- _____. *Principles of Linguistic Change*. Oxford: Blackwell, 1994. 2 v.
- MACHADO, Otávio Luiz. As repúblicas estudantis da Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 66, p. 197-199, Out. 2003.
- PRETI, Dino. *A gíria e outros temas*. São Paulo: USP, 1984. 113 p.
- SARDI, Jaime Antônio. Estratégias de auto-regulação desenvolvidas por estudantes *Universitários* em ambiente de exacerbação do prazer. *Revista de Educação Pública*, Cuiabá, v. 9, n.15, p. 175-198, jan./jun. 2000.

INÍCIO DE PESQUISA NAS REPÚBLICAS DE OURO PRETO: COMO FUNCIONAM AS RELAÇÕES DE PODER?

María Fernanda Salcedo Repolês³

Resumo: O presente artigo explica as bases de elaboração da pesquisa-ação realizada por alunos do Departamento de Direito da UFOP, visando problematizar as formas de relações de poder estabelecidas nas Repúblicas de Ouro Preto.

República é, desde sua origem, um termo que expressa como são organizadas as relações de poder. Na República de Platão assim como na concepção romana de Cícero vão se delineando as bases para um conceito bastante complexo, que, por um lado, visa se contrapor a uma idéia de poder centralizado e passado conforme o critério da hereditariedade, em favor de critérios seculares para a obtenção do poder assim legitimado. Por outro lado, a república expressa a noção de 'res' 'pública', ou seja, de coisa pública, como fim moral último da atuação do poder através de leis comuns.

Esses critérios formam os princípios sob os quais a Modernidade poderá falar em um Estado de Direito, na legitimidade pela vontade do povo, assim como, na soberania popular, que conjuga os dois primeiros. E poderá se ver a realização concreta de tais princípios na formação dos Estados

³ Professora da UFMG.

Unidos da América (1776), na República Francesa (1789), assim como no Brasil, cem anos depois (1889).

Atribuísem-se duas possíveis explicações para a utilização do termo "República" no contexto das casas que abrigam os estudantes da Universidade de Ouro Preto, ambas relacionadas a esse significado político. Por um lado, tal termo alude à autonomia administrativa de que as Repúblicas gozam em relação à Universidade e reconhecida pela própria direção dessa. Por outro, remonta-se a um fato histórico. Quando do fim da Monarquia no Brasil e implantação da forma republicana, em 1889, os estudantes fizeram uma manifestação por ocasião da visita à então capital de Minas Gerais, do gabinete parlamentar imperial, encabeçado pelo Ministro Ouro Preto. Para demonstrar sua rejeição à Monarquia, os estudantes afixaram cartazes com a palavra "República" nas fachadas das moradias estudantis **(1)**.

O marco teórico adotado pelos pesquisadores da presente investigação segue duas linhas mestras. Por um lado, a teoria do sociólogo português Boaventura de Souza Santos **(2)** faz possível compreender o sentido de "república" de forma mais abrangente àquela desenvolvida pela teoria política moderna. Enquanto que esta, como se vê acima, centra-se na explicação do fenômeno do Estado, reduzindo a república a uma de suas formas, Boaventura nos convida a revistar este e todos os demais conceitos até então desenvolvidos tendo como centro o Estado. A produção de formas políticas e jurídicas não ocorre exclusivamente no Estado, mas na Sociedade como um todo. Nesse sentido, a produção de decisões no âmbito de uma república de estudantes de Ouro Preto tem uma dimensão política e pode ter uma dimensão jurídica tanto quanto as decisões tomadas pelos governantes da República Federativa do Brasil. Ambos

os tipos de República podem ser centros de produção do Direito, dependendo de três fatores: nível de institucionalização/organização, isto é, burocracia, espaço de violência, traduzido como a capacidade das pessoas serem obrigadas a obedecer às regras estabelecidas, através do uso da força legitimada por instrumentos de coerção, e pelo espaço retórico, ou seja, âmbitos de discussão e legitimação das regras, a partir do estabelecimentos de lugares comuns ou *topoi* (3).

Boaventura realizada, na década de setenta, uma pesquisa de campo numa favela do Rio de Janeiro à qual nomeia de 'Pasárgada' (4). Seu pressuposto é que nesta favela operam estratégias de resolução de conflitos paralelos ao do Estado, o que pode ser interpretado como a formulação de um Direito extra-estatal. O seu alvo é conseguir provar, assim, que as sociedades modernas funcionam sob a égide do pluralismo jurídico, ou seja, o Direito produzido no Estado - o Direito positivo - nada mais é do que um entre outros produzidos no âmbito da sociedade. Com base nos critérios acima mencionados - burocracia, violência e retórica - Boaventura compara o 'Direito de Pasárgada' ao Direito Estatal. Assim, constata que o Direito Estatal tem um alto grau de burocracia, instituições efetivas para implementação da coerção, reduzindo ao mínimo o espaço retórico. Já em Pasárgada, o grau de burocracia é reduzido ao mínimo pois não há hierarquias fixas, papéis pré-estabelecidos, ou instituições muito sólidas. O grau de violência é instável. As vezes é possível coagir atuação e o cumprimento das regras e as vezes não. Já o espaço retórico é muito amplo. A todo momento são criados novos espaços de discussão, de estabelecimento de *topoi*, de construção, portanto, de um

sentimento de comunidade que permite dar legitimidade às ações implementadas pela mesma.

Boaventura reconhece a importância desse Direito extra-estatal produzido na Sociedade como uma possibilidade, em alguns casos, de democratização da Sociedade como um todo. Isto porque ao dar predominância ao espaço retórico sobre os espaços da violência e da burocracia, o aspecto criativo e inovador do Direito se faz presente da forma mais radical. Assim, o pluralismo jurídico acaba sendo um grande ganho para o Direito e para a própria Sociedade. A criatividade do "Direito social" se confronta a todo momento com a inércia do Direito estatal. Mas, ao mesmo tempo, a dispersão do "Direito social" pode ter, na eficiência dos instrumentos estatais, uma maneira de se implementar **(5)**.

Da perspectiva desse primeiro referencial teórico, a pesquisa *As relações de poder nas repúblicas de Ouro Preto* visa investigar o tema do poder voltando-se para esses aspectos de organização da república e da articulação entre os espaços de retórica e de violência na sua relação com tal organização. O pressuposto lançado é o de que é possível compreender e estudar o Direito estatal (objeto de estudo nos cursos de Direito) pelo estudo das relações entre burocracia, violência e retórica em âmbitos específicos da Sociedade em que possa se supor a existência e formação de uma normatividade.

Nosso ponto de partida é a suposição de que as repúblicas de Ouro Preto seriam espaços de produção de "Direito social" porque apresentariam certo grau de concatenação entre burocracia, violência e retórica. Procuramos justamente investigar a presença desses elementos e seu grau de relação. Afinal, as repúblicas de Ouro Preto são lugares de produção de um "Direito social" criativo

e democrático, que amplia o espaço retórico sobre os espaços da burocracia e o da violência? Ou são lugares de produção de um "Direito social" tradicional, reproduzidor do Direito estatal? Mas ainda uma terceira hipótese é possível: as repúblicas de Ouro Preto não apresentariam graus suficientes desses elementos para serem consideradas centros de produção de "Direito social". Nesse caso, qual o papel exercido pelas Repúblicas?

Nossa pesquisa se centra na comprovação e comparação das duas primeiras hipóteses desde que acreditamos que as repúblicas exercem um papel na normatividade social da comunidade acadêmica e não são apenas moradias estudantis. Mas não podemos deixar de ter presente que nossa pesquisa possa vir a revelar a terceira hipótese como a mais acertada.

A comprovação ou não dessas hipóteses será obtida através de um trabalho de campo realizado conforme o segundo referencial teórico, a ser utilizado junto às repúblicas participantes da amostragem: a teoria da pesquisa-ação de Michel Thiollent **(6)**.

As bases da pesquisa-ação partem de um profundo questionamento ao qual as ciências sociais têm se submetido nos últimos 50 anos e que podemos traduzir em linhas gerais e mais simples assim: como é possível a uma ciência social tratar o objeto pesquisado de forma neutra e objetiva quando tal objeto é um sujeito como o próprio pesquisador? Assim, o sociólogo do Direito não é apenas um observador externo de uma realidade alheia; ele é observador e participante. A nossa pesquisa ilustra essa tensão de forma clara pois os pesquisadores são alunos da UFOP e muitos deles são membros de repúblicas, outros, pessoas que se submeteram ao processo de seleção para uma vaga e não foram aceitos, e

outros ainda, que optaram por outro modo de vida. Assim, a república faz parte do dia a dia de todos os pesquisadores, para cada um de um determinado ponto de vista.

Sensível a tais constatações, a metodologia da pesquisa-ação não visa se fundamentar em uma distante relação sujeito (pesquisador) e objeto (pesquisado), mas tirar proveito da própria tensão inerente à relação intersubjetiva (sujeito-sujeito) entre pesquisador e pesquisado como explicado a seguir. De um lado, requer sejam os vários pontos de vista já diversificados entre os próprios pesquisadores revelados e explicitados na elaboração dos instrumentos de pesquisa. Os pesquisadores utilizam seus conhecimentos pessoais e sua inserção no processo para dialogar entre si e refletir sobre a sua percepção da realidade pesquisada. Adicionalmente, os pesquisados se tornam parte ativa na discussão dos propósitos e na elaboração da pesquisa, assim como de seus resultados. Por isso, não há propriamente 'resultados' até que a sistematização de informações por parte dos pesquisadores não tenha passado pela discussão com os pesquisados.

E é que a pesquisa-ação, e a nossa pesquisa portanto, não visa o conhecimento pelo conhecimento. O fim principal de uma pesquisa-ação é levantar problemas e questionamentos a partir de uma metodologia científica que possa direcionar os sujeitos participantes para ações. Por outro lado, não se trata de um ativismo ou de intervir e dar respostas prontas. O fim da pesquisa é muito mais o de incitar o diálogo, a crítica e pontos de pauta que possam ser aproveitados pelos participantes como estímulos para mudanças ou reforço de atitudes.

O fim da nossa pesquisa é o de levantar questões sobre o cotidiano das repúblicas de Ouro Preto no que se refere a sua

forma de organização interna e externa, envolvendo portanto as relações entre os repúblicanos, entre a república e os ex-alunos, entre a república e a direção da UFOP, entre a república e a cidade de Ouro Preto. Assim como, refletir sobre o processo de concatenação entre os espaços de violência/implementação e de retórica/comunicação. Este aspecto inclui a percepção de como são feitas as regras internas de organização, como são reforçadas essas regras, o que acontece quando da desobediências às mesmas, qual é e como é aplicado o sistema de sanções, etc. Esperamos que esta pesquisa possa estabelecer alguns pontos de partida para uma discussão mais abrangente entre a comunidade universitária e entre as repúblicas com vistas a uma auto-reflexão e à busca de possíveis ações (só se saberá quais ações são necessárias, se é que o são, no final do processo).

Nestes primeiros quatro meses de pesquisa temos nos dedicado a estudar os marcos teóricos assinalados, fazer uma testagem preliminar de forma a ajudar na delimitação do tema e do problema, delimitar hipóteses de trabalho, estabelecer uma amostragem e os critérios para a mesma, elaborar instrumentos de investigação (questionários, etc.) e fazer um contato preliminar com as repúblicas. A segunda fase da pesquisa se centrará na aplicação dos instrumentos de pesquisa, discussão e contato continuado com as repúblicas pertencentes à amostragem, sistematização dos dados colhidos com vista a elaboração de um diagnóstico, novas discussões em torno desse diagnóstico e, finalmente, publicação dos resultados. Esperamos contar com a colaboração da comunidade universitária neste empreendimento.

NOTAS DO CAPÍTULO

(1) Sobre esses precedentes históricos ver a pesquisa do Professor da UFOP, realizado pelo Instituto Central de Ciências Pedagógicas: SARDI, Jaime Antonio. *Estratégias de Auto-regulação desenvolvidas por estudantes universitários em ambiente de exacerbação do prazer*. Esta pesquisa foi também apresentada no Congresso Internacional de Pedagogia em Havana, Cuba, em janeiro de 2000.

(2) SANTOS, Boaventura de Sousa. *O Discurso e o Poder: ensaio sobre a sociologia da retórica jurídica*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1988. SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

(3) O 'topos' e os 'topoi' são terminologia utilizada pela teoria da Tópica Jurídica, uma teoria da linguagem que no Direito é consagrada por Vieweg, Esser e Perelman. Boaventura explica que: "Esta concepção procura situar-se na conhecida distinção, que tem caracterizado o pensamento ocidental pelo menos desde Aristóteles, entre o conhecimento/raciocínio apodítico, que aspira à verdade absoluta e recorre para isso à demonstração analítica, através da dedução lógica (silogística) ou da experimentação empírica, e o conhecimento/ raciocínio dialético-retórico, que aspira à adesão ao que é crível, plausível, razoável, recorrendo para isso a provas dialéctico-retóricas, isto é, à argumentação e deliberação a partir de opiniões ou pontos de vista geralmente aceites (os *topoi*). Segundo a concepção tópic-retórica, o discurso jurídico tem uma natureza argumentativa, visando uma deliberação dominada pela lógica do razoável em face do circunstancialismo concreto do problema, em caso algum

reduzível à dedução lógica e necessária a partir de enunciados normativos gerais." (SANTOS, Boaventura de Souza *O Discurso e o Poder*, p.6-7).

(4) SANTOS, Boaventura de Souza. *O Discurso e o Poder*.

(5) Vale observar que tais conclusões só são possíveis na leitura de texto mais recentes do autor, por exemplo *Pela Mão de Alice*. Na obra *O Discurso e o Poder* os dois Direitos se apresentam como antagônicos e irreconciliáveis.

(6) THIOLENT, Michel. *Metodologia da Pesquisa-Ação*. São Paulo: Cortez Editora, 1985.

REPÚBLICAS ESTUDANTIS – FESTAS E VITALIDADE URBANA NO ESPAÇO OUROPRETANO

Liliane Márcia Lucas Sayegh⁴

Introdução

A implantação de centros de ensino superior nas cidades causa diversos impactos no espaço urbano, mais visíveis principalmente em cidades médias, que podem se tornar dependentes dessa função estudantil, inclusive para movimentação de sua economia. Apesar de, a princípio, não se tratar de uma atividade mercadológica, as universidades são responsáveis por significativo volume de um fluxo migratório bem específico, de estudantes que vêm de outros locais em busca do ensino superior - já que nem toda cidade goza da possibilidade de possuir uma instituição de ensino superior em seu espaço. As cidades que possuem universidade e, ou faculdades passam a ser chamariz de jovens que pretendem estudar, e conseqüentemente, demandam moradia e condições de vida adequadas ao seu estilo de vida nesses lugares. Esta situação não é recente. Desde que foram consolidadas as instituições de ensino superior, época que coincide com a consolidação de muitos espaços urbanos, principalmente os europeus, as cidades são atrativos para estudantes e professores relacionados ao ensino superior, que dinamizam o espaço com suas demandas.

⁴ Mestre em Arquitetura pela UFBA e Servidora Pública da Prefeitura de Viçosa-MG.

No Brasil, desde o século XVI, foi cogitada a possibilidade da criação de uma universidade, mas, somente no século XX, elas começaram a se efetivar no espaço nacional. Contudo, nesse momento, já existiam diversas instituições isoladas de ensino superior no país, como na cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais, onde, ainda no século XIX, foram criadas duas instituições de ensino superior - as Escolas de Minas e de Farmácia. Posteriormente, em 1969, essas instituições foram incorporadas para a criação da Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP.

A cidade de Ouro Preto, famosa por seus atributos históricos e artísticos, foi fundada em 1711, com o nome de Vila Rica. Passou por fases de apogeu e crise no setor econômico, regido pelo ciclo do ouro no período colonial. Passou também por período de decadência econômica no início do século XIX, e, já no início do século XX, com a instalação de indústrias mineradoras em seu espaço urbano, a cidade retoma seu crescimento econômico e urbano, aumentando sua extensão de ocupação urbana e movimentando a dinâmica urbana local.

No início do século XX, a cidade também passou por um processo de valorização por ter sido palco de fatos históricos e cenário da arquitetura barroca brasileira, atributos que garantiram a declaração da cidade como Monumento Nacional em 1933. Este reconhecimento que permeia o ideário intelectual modernista brasileiro culmina em seu tombamento pelo IPHAN (1), em 1937, e o reconhecimento internacional, através do título de Patrimônio Cultural da Humanidade concedido pela UNESCO (2) em 1980. Tal fato incentivou o desenvolvimento do turismo na cidade, introduzindo um incremento econômico local.

Com a criação das Escolas de Minas e de Farmácia e, posteriormente, com a consolidação da UFOP, a cidade de Ouro Preto também se tornou dinamizada por seu ambiente estudantil universitário. A universidade se transformou em um agente importante na garantia da vitalidade do espaço urbano da cidade, ao atrair jovens de todo o país para habitarem a cidade enquanto fazem seus cursos de graduação e de pós-graduação. Hoje, a cidade conta com cerca de 7.000 pessoas ligadas à instituição, entre alunos, professores e funcionários, que movimentam principalmente o centro histórico e o Bairro Bauxita (3) - onde se localiza o campus da universidade

Desta forma, a cidade de Ouro Preto agrega várias funções que a tornam peculiar: seu espaço é dinamizado por atividades do setor industrial e turístico. Dessa forma, a cidade é, ao mesmo tempo, uma cidade-patrimônio e uma cidade-universitária. Ao longo do tempo, esses atributos da cidade também se modificaram, em função de fatores como o crescimento do turismo em seu espaço, culminando na intensificação dos conflitos nos últimos anos, quando seu status de patrimônio e as atividades turísticas foram consolidados paralelamente a um aumento repentino de estudantes na UFOP a partir da década de 90 e dos anos 2000. A cidade de Ouro Preto também passou, nas últimas décadas, por modificações em função do próprio cotidiano da sociedade que hoje foi consolidada.

A cidade ainda possui certas peculiaridades, a criação de uma forma de moradia singular: as repúblicas estudantis. Mais do que uma simples forma de moradia, as repúblicas ouropretanas guardam muitas semelhanças com as repúblicas estudantis de Coimbra, em Portugal, e criam lugares (4) e tradições em um ambiente de afetividade e relacionamento entre os universitários, que se fortalece com o tempo, mas que

hoje traz também alguns conflitos para a cidade-patrimônio. O número de repúblicas estudantis na cidade aumentou repentinamente - a partir da década de 90 e anos 2000, quando a UFOP cresceu significativamente -, e, atualmente, a cidade conta com 58 repúblicas federais (pertencentes à UFOP) e cerca de 300 repúblicas **(5)** particulares espalhadas em seu espaço urbano, principalmente no centro histórico e no Bairro Bauxita.

É preciso mencionar que grande parte das repúblicas está localizada no centro histórico de Ouro Preto, principalmente as mais antigas. Desta forma, localizam-se em locais estratégicos para o turismo, grandes casarões do século XIX que, em alguns casos, mantêm sua conservação através do uso residencial pelos estudantes. O centro histórico de Ouro Preto é também onde se concentram famílias tradicionais da cidade e o comércio local. Assim, encerram-se, muitas vezes, conflitos por causa do barulho da vizinhança - das festas das repúblicas, que acontecem frequentemente. Aliada à questão mercadológica, está em jogo o reconhecimento da tradição das repúblicas estudantis na cidade frente aos novos rumos que esta forma de moradia vem tomando.

Os estudantes universitários na cidade

As principais instituições educacionais de ensino superior no mundo ocidental tomam corpo na Idade Média. A universidade passou a ser reconhecida como uma das grandes forças da época, ao lado do Estado e da Igreja. Assim, a universidade é uma criação ocidental com berço em origens francesas, italianas e inglesas, que disseminaram um sistema

de ensino copiado por todos os continentes a partir do séc. XVI. Instituição que perdura até os dias de hoje - com todas as suas modificações ao longo do tempo - como legitimação do conhecimento e do saber acadêmico em toda parte do mundo. A universidade se consolidou como uma instituição que recrutava estudantes de diversos lugares da Europa e de todas as classes da sociedade feudal. Ao mesmo tempo, a universidade enquanto instituição urbana gerava conflitos com a população local, já que os estudantes eram, muitas vezes, encarados com hostilidade por ela.

Nesse período, em que era comum a presença de imigrantes nas cidades, segundo Le Goff (1998, p.66), talvez seja o grupo de estudantes os mais malquistos tipos de imigrantes na cidade, “faz-se a eles a mesma censura que hoje se faz àqueles das periferias: perturbam a vida dos bons burgueses, dos bons cidadãos [...] sim, e fazem badernas, têm costumes que perturbam a paz das famílias”. Tal situação cria um clima de ambivalência da relação da cidade com a universidade e seus estudantes, já que, de um lado, desfrutam do lucro e do prestígio por possuírem tal instituição; e, de outro, amargam o fato de abrigarem estudantes “baderneiros” que perturbam a ordem local, já que é um público composto, em sua totalidade, de jovens.

Os jovens da Idade Média - talvez isso não tenha mudado muito - são agitadores. Eles tornam mais difíceis o consenso e o bom governo, que se buscava tão febrilmente, tanto ontem como hoje. A inovação intelectual e social frequentemente andava de mãos dadas com a agitação, como em todos os setores do viveiro urbano. (Ibid., p.67).

Em Oxford, em Paris e em Bolonha, as populações detestavam os estudantes por causa de sua turbulência, tanto quanto admiravam as universidades pelos benefícios econômicos que proporcionavam,

e pelo reino misterioso no qual supostamente viviam. (MINOGUE, op.cit., p.18.)

Ao longo do tempo, as universidades se consolidaram como dinamizadoras do espaço urbano onde se encontram, ao criar demandas específicas e conflitos peculiares em função do universo dos jovens estudantes.

Em Ouro Preto, situação semelhante começou a se configurar desde a criação das Escolas de Minas e de Farmácia, dando à cidade um perfil estudantil. Para estudar em Ouro Preto, a saída dos jovens da casa dos pais se tornou situação frequente desde o séc. XIX, e hoje já faz parte da vida ouropretana: a cidade passou a receber novos estudantes a cada ano. Quando isso começou a acontecer, poucos eram os jovens que se deslocavam para a cidade, visto que, juntas, as Escolas de Farmácia e de Minas angariavam menos de 30 alunos por ano até o início do séc. XX. A criação da estrada de ferro em 1888, ligando Ouro Preto ao Rio de Janeiro, trouxe maiores facilidades para a migração desses jovens estudantes vindos de várias partes do país.

Estudar em Ouro Preto, que já era considerada uma cidade “Monumento Nacional” em 1933, mas que passava por um momento de estagnação econômica, agravada pela transferência da capital de Minas Gerais para Belo Horizonte, significava vivenciar histórias peculiares, longe da família, abraçando um novo estilo de vida: o modo de vida estudantil. Movimentando a economia local e o próprio cotidiano cidadão, os estudantes universitários de Ouro Preto têm um estilo de vida semelhante, marcado pelas normas e valores relacionados ao mundo acadêmico e tempos e formas de lazer peculiares deste modo de vida, mas também aos outros fatores de semelhança entre os indivíduos, como a faixa etária - jovens, em sua maioria, de 18 a 24 anos. Essas semelhanças

de conduta podem ser caracterizadas como um estilo de “vida universitária”, convergindo condutas dos jovens estudantes aqui referidos **(6)**.

Originários de outras cidades, tanto de Minas Gerais quanto de outros estados, os estudantes universitários de Ouro Preto se mudam para a cidade apenas para cursar o estudo superior. Assim, esses estudantes permanecem na cidade durante um prazo médio de quatro a cinco anos, e dão sentido ao novo lugar habitado, construindo novos vínculos sociais em outra estrutura de poderes - que não a estrutura familiar tradicional que abandonam por determinado período. Ocorre uma dinâmica constante de modificação dos grupos de jovens universitários que moram na cidade, já que a cada ano vários estudantes se formam e vão embora, e novos ingressam na instituição, passando a morar na cidade e nas suas repúblicas. Tal fato explica que os estudantes são um grupo que se renova a cada ano - já que a cada vestibular entram novos alunos, e outros terminam seus estudos na graduação.

Em Ouro Preto, os estudantes adotaram práticas de interação com os moradores, que se modificaram ao longo do tempo. No início do século XX, eram famosos os roubos de galinhas pelos estudantes das Escolas de Minas e de Farmácia. Como nos conta Magalhães, “passar por Ouro Preto sem nunca ter tomado um porre ou roubado galinhas, decididamente não é estudar em Ouro Preto!” (MAGALHÃES, 1989, p.19). Em época em que era comum, principalmente nas cidades do interior brasileiro, criar galinhas no quintal, a constante falta de dinheiro dos estudantes e o espírito de aventura sempre movimentaram o “mercado clandestino” das galinhas na cidade. Diversos autores citam o fato, sempre encarado com bom humor pelos ouropretanos - após passarem o susto e a raiva pelo fato

ocorrido e ponderadas as situações em que aconteciam tais roubos.

As serenatas estudantis também fizeram parte do cenário ouropretano. “Serenatas que marcaram época em Ouro Preto, tanto pelas músicas, como pela qualidade das vozes [...]” (Ibid., p.29). Serenatas em que se juntavam jovens estudantes cantando para as mocinhas ouropretanas, que apareciam nas sacadas em noite de luar, ou grupos cantantes, que se reuniam nos adros das antigas igrejas, animando as noites da cidade.

Também já havia se tornado normal na cidade a boemia estudantil. Noites regadas a cervejas, vinhos baratos no “Café do Crispim”, bar do “Hotel Toffollo” e no “Bar do Brasil”, do Januário, em baixo do antigo Centro Acadêmico, próximo ao cinema, todos na Rua São José, a mais movimentada da cidade, onde havia o Fórum, o cinema e o comércio local. Tornaram-se freqüentes, também, as festas no Centro Acadêmico da Escola de Minas – CAEM (7), onde não só estudantes de engenharia, mas até mesmo os moradores locais participavam dos eventos ali feitos.

Em suma, até metade do século XX, os estudantes que vinham morar em Ouro Preto, oriundos de todo o país, mantinham com a população uma boa relação de convivência, apesar da boemia, das confusões e situações por eles provocadas. Situações muitas vezes encaradas com bom humor, pois os hábitos dos estudantes não chegavam a ferir a liberdade dos ouropretanos. O cotidiano da cidade era marcado pelas aventuras e pela boemia estudantil, que se revelavam na liberdade dos jovens que saem de casa, com pouco dinheiro e muita criatividade e que, dessa forma, interagem com a população local. As serenatas, os roubos de galinhas, as aventuras relacionadas aos fantasmas criados no

imaginário do próprio ambiente histórico ouropretano, as discussões acadêmicas e políticas e os trotes fomentavam a criação de uma atmosfera estudantil na cidade-patrimônio. A própria relação com os turistas e com o turismo demonstra de que forma estava arraigada à cidade o ambiente dos jovens estudantes. As festas no CAEM eram frequentadas tanto pelos estudantes quanto pelos moradores ouropretanos, mostrando a interação que havia entre estes e população local - o lugar se tornou o grande ponto de encontro das pessoas da cidade, e, se não representava um símbolo da cidade-patrimônio, materializava-se como uma referência local de lazer e interação entre estudantes e moradores ouropretanos.

Ao longo dos anos, a relação dos ouropretanos com os estudantes veio mudando, assim como mudaram as escalas dos acontecimentos. Com a criação da UFOP, cresceu significativamente o número de alunos na Universidade, e conseqüentemente cresceram também os impactos que tal fato provoca. A Escola de Minas, que até meados de 1965 possuía turmas de doze, treze alunos, passou a ter duas turmas anuais de quarenta alunos, o que fez com que o afluxo de estudantes vindos de outras partes do país aumentasse cada vez mais **(8)**. Em consequência, aumentavam as festas, os protestos, e todas as práticas estudantis começavam a ser mais visíveis e influentes no espaço ouropretano. Os estudantes de Ouro Preto acabaram por criar suas próprias tradições, reconhecidas por toda a cidade. São trotes, apelidos, atitudes, que algumas vezes são encaradas como algo além dos limites aceitáveis de convivência com os moradores locais, mas que já fazem parte do ambiente ouropretano.

Como citado anteriormente, o simples fato de uma cidade abrigar uma instituição de ensino superior, incentivando a migração de jovens para o local, já encerra

alguns conflitos que aconteciam até mesmo na Idade Média, quando as universidades começam a fazer parte dos centros urbanos. Em Ouro Preto, a situação não foi diferente, a relação dos estudantes com os moradores locais revela a ambivalência do fato da proliferação de jovens no cotidiano de seu espaço urbano - se por um lado os estudantes movimentam a economia local, por outro perturbam a ordem cidadina com sua boemia, suas atitudes irreverentes e suas festas. No final do século XIX e início do XX, os estudantes das Escolas de Farmácia e de Minas foram responsáveis por dinamizar o espaço ouropretano, através de suas demandas e práticas sociais em Ouro Preto. A partir da criação da UFOP na década de 60, quando a cidade já tinha um caráter patrimonial, turístico e industrial, o paralelo aumento do número de estudantes na cidade e a transformação das instituições já existentes em uma universidade federal reforçaram também seu caráter de cidade universitária.

A partir da década de 90, com um novo aumento do número de estudantes na UFOP, intensificado nos anos 2000, a partir da adesão da instituição ao REUNI **(9)**, a cidade se vê em meio às modificações em seu espaço. As atividades econômicas decorrentes dessa mudança são ligadas aos setores formais e informais da economia em função do súbito aumento de estudantes na cidade, destacando-se a proliferação, no centro histórico e no Bairro Bauxita, de empreendimentos voltados à demanda estudantil, como imóveis e restaurantes, e também de empresas de fotocópia, trailers de sanduíches, serviços de tele-entrega de bebidas e lanches rápidos. Aumenta também a movimentação nos bares, restaurantes do tipo *self-service*, livrarias; em suma, intensifica a dinâmica da cidade a partir do seu uso pelos estudantes universitários e suas respectivas demandas de

estudos, moradia e lazer. E é para atender a essas pessoas vindas de diversas partes do país que tem surgido na cidade uma variedade de novos serviços e intensificação daqueles já existentes - coabitando com serviços destinados aos moradores locais e ao turismo ouropretano.

A série de atributos da cidade de Ouro Preto passou a conviver lado a lado, intensificando a criação de conflitos entre os diversos territórios ali criados - do patrimônio cultural, do turismo, da atividade industrial, da cidade universitária. Ao longo do tempo, esses atributos da cidade também mudaram e a sociedade ouropretana também se modificou. Neste sentido, também deve ser considerada a importância da produção e do consumo da sociedade capitalista como fator intrínseco ao cotidiano atual: o consumo é parte da sociedade contemporânea, através da qual se atravessam novas formas de mediações, a publicidade, novas ideologias, produção de mercadorias através de objetos que antes possuíam apenas valor de uso. É nessa cidade da mercadoria que obras se tornam produtos **(10)**, relacionados a outros significados, como o espaço, a estética, a cultura, o lazer. Obras se tornam produtos ao serem mercantilizadas, e são também simbolicamente consumidas em um mercado competitivo, no qual o que e como se consome são também formas simbólicas de distinção social entre classes e grupos diversos **(11)**.

E é neste contexto contemporâneo que sobrevivem e são reproduzidas as relações entre os moradores e os estudantes universitários de Ouro Preto. A valorização simbólica da cidade-patrimônio deu lugar ao turismo, e o aumento do número de estudantes na cidade aumentou também o intenso uso da cidade pelos estudantes, com valores e interesses diversos da sociedade ouropretana. As mudanças pelas quais

passaram a sociedade ao longo de tempo, aliadas ao vertiginoso aumento do número de estudantes e de repúblicas na cidade, vêm criando conflitos e territórios distintos na cidade, materializados também através das repúblicas estudantis - questão a ser abordada a seguir.

As repúblicas estudantis ouropretanas

As Repúblicas Estudantis de Ouro Preto hoje fazem parte da história e do cotidiano da cidade. Constituem-se basicamente de casas onde moram vários estudantes, que dividem suas despesas. Não existem registros oficiais sobre a criação das primeiras Repúblicas de Ouro Preto, mas há indícios de que seu sistema, inclusive seu nome, foi fortemente influenciado pelas Republicas de Coimbra, em Portugal, onde diversos brasileiros iam fazer seus estudos - situação que perdurou durante vários séculos, já que, no Brasil, como já citado, as instituições de ensino superior só começam a ganhar relevante consistência durante o séc. XIX.

A Universidade de Coimbra surgiu ainda na Idade Média, e logo então foram formadas as “Nações” **(12)**, unindo no mesmo alojamento estudantes originários de um mesmo país ou região, a fim de dividir os custos. Já no séc. XVI, o espaço urbano de Coimbra começava a ser influenciado pelas demandas universitárias **(13)**. Segundo Carina Gomes (2007, p.06), “Coimbra viveu nesse momento um forte crescimento demográfico, provocado não só pelo acréscimo da população universitária, mas motivado também pelos novos serviços essenciais para a estadia de estudantes e docentes”. Segundo Estanque (2005, não paginado), as repúblicas de Coimbra tiveram um importante papel cultural em Portugal:

As Repúblicas de Coimbra surgem já no século XIX, sem dívida associadas aos movimentos político-ideológicos de matriz republicana. Animadas pelo espírito de fraternidade, proteção mútua, convívio e boemia, as Repúblicas tiveram um papel decisivo na modelação da cultura universitária e na própria gestão da Universidade. Muitas gerações da elite intelectual portuguesa foram, direta ou indiretamente, tocadas pelo seu modo de vida.

A administração desse tipo de moradia em Coimbra também era peculiar: através de revezamento mensal, um morador - o chamado “presidente da República” durante o mês escolhido - ficava responsável pelas compras, contas e demais questões relativas à gestão da República. Contavam, em geral, com uma criada para fazer os serviços domésticos. As casas ocupadas eram aquelas já construídas para este fim, mas muitos estudantes também se reuniam para alugar casas e transformá-las em República. Assim, começava a funcionar uma forma de moradia onde imperava o autofinanciamento e a autogestão.

No Brasil, somente em Ouro Preto as repúblicas estudantis têm uma estrutura de funcionamento semelhante à forma como ocorre em Coimbra (14). Contudo, não foram encontrados registros da existência de Repúblicas em Ouro Preto até o início do século XX. Antes disso, os estudantes se alojavam em pensões, mas o grande número de casas vazias e o baixo aluguel cobrado na cidade incentivaram a criação das repúblicas como forma de moradia estudantil. Ouro Preto, no início do séc. XX, encontrava-se em um estado quase que de abandono, já que em 1897 deixou de ser capital do Estado de Minas, desocupando sua função administrativa e levando muitas pessoas a se mudarem para Belo Horizonte, a nova capital do Estado. Muitos imóveis se desocuparam e, segundo Otávio Machado (2007, p.07), muitas dessas casas foram cedidas ou ocupadas pelos estudantes, que as mantinham.

As famílias a liberavam porque era melhor deixá-las nas mãos dos estudantes que a cuidariam do que deixar desabá-las ou ser ocupadas por estranhos. A desvalorização dos imóveis era, às vezes, tão gritante, que achavam melhor deixar de quitar os impostos, pois não compensava.

A cidade estava vazia e, com seu declínio econômico e esvaziamento de sua função administrativa, sua vitalidade começava a ser concebida com os estudantes ligados à Escola de Minas e de Farmácia. Assim, os estudantes passaram a morar em casas seculares da área central de Ouro Preto, dividindo as despesas, pagando os aluguéis e iniciando um processo que tomou grandes proporções ao longo do tempo. Nessa cidade, como em Coimbra, quando ocupadas, as Repúblicas passavam a ter um nome próprio, nomes que remetem a fatos inusitados ocorridos, gerados pelas brincadeiras estudantis, ou apenas se referindo à origem geográfica dos estudantes, como “República Consulado da Paraíba”, República Serigy (oriundos do Sergipe), República dos Cearenses, e assim por diante.

Apesar da semelhança com o sistema de Repúblicas estudantis de Coimbra, sobre a qual existe vasta bibliografia **(15)**, quase inexistem trabalhos acadêmicos sobre as Repúblicas ouropretanas, assunto ainda pouco explorado e valorizado⁵. Há indícios de que até a década de 1930 prevaleciam as Pensões, ou seja, pessoas da cidade que alugavam quartos em suas casas para que os estudantes morassem. Nesse período, havia em torno de seis repúblicas estudantis em Ouro Preto. Assim foram surgindo as Repúblicas estudantis ouropretanas, a partir da ocupação de

⁵ Sobre as Repúblicas e vida estudantil em Ouro Preto, podemos citar os trabalhos de Machado (2007) e Sardi (2000).

casas centenárias por estudantes das Escolas de Minas e de Farmácia, que dividiam as despesas e tinham sistema de funcionamento semelhante ao de Coimbra. Havia estatutos internos, placas e gritos de guerra que caracterizavam cada República, muitas delas criadas antes dos anos 40 **(16)**.

As Repúblicas ficaram institucionalizadas como espaços democráticos, onde estudantes, muitas vezes em dificuldades financeiras, eram ajudados pelos colegas, através da possibilidade de dividir a moradia sem pagar nada. Os estudantes moradores de repúblicas se encontravam em um ambiente onde proliferavam os ideais políticos dos jovens, onde conviviam o estudo e o lazer no cotidiano da vida que gerava em torno dos compromissos acadêmicos, e tudo isso acontecia em uma cidade onde a vida era pacata, agitada pelos novos hábitos criados pelos estudantes das Escolas de Minas e de Farmácia.

No final da década de 60, começam a proliferar as repúblicas de caráter particular em Ouro Preto, reflexo do aumento de vagas na instituição. As repúblicas particulares também têm seus nomes e tradições próprias, a grande diferença entre estas e as repúblicas federais é o pagamento do aluguel, rateado pelos moradores.

Com o passar dos anos, as repúblicas passaram a ser enxergadas, pela administração da UFOP, como estruturas quase autônomas, e respeitadas como tal. Esta questão começou a gerar algumas situações conflituosas, em que a justiça, através de vários meios, questionou a ocupação de imóveis da União de forma não-onerosa, sem uso direto pela UFOP, mas por seus discentes. Em 1990, o TCU - Tribunal de Contas da União - pediu explicações sobre o fato, sobre o qual o ex-reitor Fernando Antônio Borges Campos respondeu, fazendo inclusive um histórico sobre as repúblicas, em anexo

ao ofício de resposta da UFOP, enfatizando a diferença entre “alojamento” e “república”:

A ‘república’ possui características peculiaríssimas, e, como o próprio nome revela, tentando reproduzir no convívio diário entre eles, quinze ou vinte estudantes, por um período não menor do que quatro ou cinco anos, as regras sociais de formação de um cidadão.

Existe em Ouro Preto um ‘alojamento’ situado no campus do Morro do Cruzeiro [...]. A administração da UFOP, em 75/76, cedeu o espaço a estudantes de graduação, alojamento implantado nos moldes convencionais. A prática demonstrou a inadequação sistemática, condenada por estudantes, professores, administração e cultura local. [...]

Esse processo cultural, tradicional, gerou, inevitavelmente, um forte sentimento de repúdio a qualquer iniciativa externa contra suas estruturas formais [das repúblicas].

A instituição escolar compreendia estas razões e, mesmo durante os governos militares, respeitou esta cultura local, que nunca admitiu sequer intervenção do DCE e/ou de Diretórios Setoriais (Diretório Acadêmico das Escolas da Universidade) [...].

O assunto ‘república estudantil’ em Ouro Preto integra há muito tempo os relatórios de auditoria sobre a UFOP, é raiz na história da Instituição, tornando-se necessário mostrar em linguagem não processual que ‘república estudantil’ em Ouro Preto não é somente residência de estudantes, mas uma Instituição. (CAMPOS, 1990, grifo do autor).

As repúblicas estudantis ouopretanas se localizavam emaranhadas apenas no centro histórico da cidade, até a década de 80 - quando a própria UFOP construiu algumas casas para se tornarem repúblicas federais próximas ao seu *campus*. A partir da década de 90, com a consolidação do *campus* no Bairro Bauxita, as repúblicas também começaram a surgir neste bairro, tornando o lugar com um perfil universitário. Contudo, apesar da consolidação das novas

repúblicas próximas ao *campus*, as repúblicas do centro histórico continuam com seu caráter tradicional e festivo, e ainda são a grande referência quando se fala de república em Ouro Preto.

Hoje, as repúblicas também podem ser consideradas como patrimônio cultural da cidade, não só em relação à estrutura física das repúblicas mais antigas, mas a partir da constatação das tradições ali criadas, peculiaridades da cidade de Ouro Preto, criada à semelhança do que ocorre na cidade de Coimbra, como aqui já citado. O laço criado entre os estudantes e as repúblicas foi fundamental para conservar as casas onde moram, aspecto que contribuiu, também, para a preservação do patrimônio cultural da cidade. Uma questão importante a se ressaltar é que as repúblicas do centro histórico estão localizadas em locais que, no momento, sofrem forte especulação imobiliária em detrimento do turismo. Entretanto, a permanência das repúblicas enquanto moradias estudantis nesse espaço é fundamental para garantir a vitalidade do centro urbano da cidade, já que a atividade turística é sazonal e, muitas vezes, excludente, induzindo a criação de espaços que se destinam à apenas uma pequena parcela da população que tem condições de usufruir de restaurantes requintados e serviços especializados em torno das atividades de lazer na cidade.

As repúblicas estudantis se consolidaram como um espaço democrático e de criação de laços afetivos entre os estudantes que convivem entre si, dando sentido àquele espaço e transformando-o em lugares, no sentido da construção da memória coletiva nesses locais. Segundo Pires (2008, p.04), o espaço doméstico da estrutura familiar tradicional é responsável pela sensação de segurança e aconchego, “é no espaço doméstico e na rede que se forma em

seu entorno que podem ser alvos de atenção e aconchego, onde se estabelecem trocas afetivas, onde são valorizados, enfim, onde podem ser mais respeitados, o que confere sentido à sua existência”.

Neste sentido, as repúblicas ouropretanas acabaram por se transformar em lugares que fazem parte do cotidiano do estudante. Desta forma, apropriaram-se do espaço da cidade e do espaço interno de suas casas, revelando práticas e modos de fazer próprios dos jovens universitários, criando interações entre si e com a população ouropretana a partir do lugar vivenciado.

Contudo, atualmente, o sistema de repúblicas em Ouro Preto possui determinados trotes, regras e hierarquias internas que nem sempre são vistas com bons olhos por alguns estudantes e moradores locais. Assim, as repúblicas ouropretanas passaram por uma série de mudanças ao longo do tempo, que refletem as mudanças sociais no cotidiano contemporâneo, como a adoção de práticas mercantilizadas, a superposição do valor de troca em detrimento do valor do uso, modificando o contexto social ouropretano. Essas mudanças relativas aos estudantes e às repúblicas começam a tomar maiores dimensões a partir da década de 90 e anos 2000, quando a UFOP aumenta significativamente o número de alunos na instituição.

Ambiente universitário contemporâneo em Ouro Preto - festas nas repúblicas estudantis

Quando se tratam de jovens universitários, principalmente daqueles que saem da estrutura familiar para morar em repúblicas, a festa se torna um evento essencial para fortalecer os relacionamentos, as amizades, e parte da fuga

das normas, horários e deveres relativos à universidade. As festas servem para integrar os jovens estudantes entre si - tanto através de sua fruição quanto da sua organização, além de efetivar, durante seu acontecimento, um espaço de liberdade, novas vivências e experiências. No caso das repúblicas, a promoção de festas no mesmo espaço onde os jovens convivem entre si no cotidiano cria lugares e territórios onde o ambiente universitário marca presença de outra forma, longe das normas e regras da universidade, mas com a celebração entre os estudantes universitários.

O primeiro conflito relativo às festas que ocorre com frequência nas repúblicas se manifesta pela reclamação dos moradores vizinhos em relação ao barulho produzido em tais confraternizações. Essas reclamações se devem ao fato de que as festas em repúblicas acontecem toda semana em Ouro Preto, já fazendo parte da vida, do cotidiano e do imaginário coletivo da cidade. Com o aumento de estudantes na cidade a partir da década de 90 e sua intensificação após 2000, consequentemente o número de festas também cresceu, e os conflitos decorrentes de tal prática se tornam mais intensos. Mesmo a festa como obra, restrita aos moradores e amigos, sem fins lucrativos, até com uma organização precária, de última hora - produz barulho suficiente para incomodar os vizinhos e relembrar as consequências que os estudantes "forasteiros" trazem à cidade. Neste sentido, as festas movimentam a dinâmica da cidade, com sua organização, seu barulho, a movimentação que sua demanda cria em torno de bebidas e a própria movimentação dos estudantes na noite ouropretana, que vão de uma república à outra para aproveitar, em alguns momentos, as várias festas em repúblicas diversas que podem ocorrer na mesma noite.

Atualmente os estudantes continuam a fazer pequenas festas no cotidiano das repúblicas - a festa como obra, e não como produto (17) - mas passam também a ser empreendedores de grandes festas na cidade. O espírito empreendedor dos estudantes foi capaz de movimentar a economia local e criar publicidade sobre as repúblicas estudantis. Usando a criatividade, os estudantes montaram esquemas de negócios, ora através de associações independentes, ora através das repúblicas onde moram, transformando obras em mercadorias.

Os motivos das festas dos universitários em Ouro Preto são inúmeros - aniversário de algum morador de república, fim ou início do período letivo, os “sociais” (18), ou mesmo churrascos e festas sem uma razão específica para acontecer. Em geral, essas festas mais frequentes e menores são para moradores e convidados - amigos e amigos de amigos, com bebida liberada e sem cobrança de nenhuma taxa para participar da festa. Também acontecem “concentrações” para outras festas, ou seja, um aquecimento para festas em outras repúblicas ou no CAEM (19), que, às vezes, acabam se tornando a própria festa. Conservando este aspecto de festas menores ou particulares, as repúblicas de Ouro Preto também promovem a festa da “escolha”, através da qual se comemora a escolha de um novo morador que, em geral passa pelo período da “batalha” (20). Existem, ainda, festas maiores, mais elaboradas e, ou tradicionais - mas ainda de caráter particular e direcionadas somente aos convidados - como os aniversários das repúblicas ou a formatura de algum estudante da casa.

No contexto contemporâneo, as festas republicanas não escapam ao mundo da mercantilização. Algumas festas promovidas pelas repúblicas se tornaram negócios lucrativos

através do empreendedorismo dos estudantes universitários, algumas vezes através de associação de repúblicas. O fato provocou uma modificação na relação dos estudantes com a cidade, já que, em alguns casos, os estudantes deixam de se dedicar apenas à função estudantil para cuidar de negócios de eventos, movimentando grande quantidade de dinheiro envolvida nas festas por eles produzidas.

Como bem nos lembra Lefebvre (1991, p.100), a juventude também é alvo do consumo, constituindo-se um mercado específico e lucrativo:

Os 'jovens' querem consumir agora. E rápido. O mercado foi logo detectado e explorado, de modo que os 'jovens' tendem a se estabelecer numa vida cotidiana paralela, a deles, e única, hostil à dos pais, mas semelhante a ela o máximo possível. Eles marcam com sua presença e com seus 'valores' os adultos, os bens dos adultos, o mercado dos adultos.

Ao se referir às festas populares brasileiras, Amaral (1998, p.276) observa que “as grandes festas já não são mais ‘espontâneas’, mas cuidadosamente planejadas, para as quais os preparativos são feitos com muita antecedência e implicam a organização permanente de pessoas encarregadas de executar inúmeras tarefas”. Da mesma forma, algumas festas em Ouro Preto começaram a ser produzidas visando ao lucro. O que antes acontecia somente como valor de uso passou também a ter valor de troca (21).

Neste sentido, destaca-se a mudança de caráter de uma tradicional festa ouropretana ligada às tradições universitárias - a Festa do 12. A festa é a comemoração anual do aniversário da Escola de Minas, acontecendo sempre no dia 12 de outubro. Acontece tradicionalmente desde as primeiras décadas do século XX, e suas comemorações eram formais

durante três dias, que incluíam missa, sessões solenes, jantares e o baile de gala. O evento também servia como oportunidade para realizar contatos profissionais por parte dos estudantes e ex-alunos, que sempre retornavam à cidade para as festividades, se hospedando com regalias nas mesmas repúblicas onde moravam. Os ex-alunos da Escola de Minas e de Farmácia - e agora também os ex-alunos da UFOP - e ex-moradores de repúblicas de Ouro Preto, costumam sempre manter contato com a república onde moraram. Em muitas, existem associações de ex-alunos próprias, com o objetivo de perpetuar o espírito republicano e ajudar os atuais moradores das repúblicas.

A Festa do 12 ganhou fama na região, atraindo turistas que, em geral, não têm idéia que é uma festa de ex-alunos da Escola de Minas, o que gerou grande concentração de pessoas nas ruas da cidade à procura da festa durante as décadas de 80 e 90. Contudo, outra situação começou a tomar força: as repúblicas passaram a divulgar a festa como um evento que seria uma espécie de carnaval temporão, atraindo turistas de outras cidades para se hospedarem nas repúblicas durante o evento, vendendo “pacotes” de hospedagem durante os dias de festa com direito a shows de bandas e bebida liberada. A festa começou a tomar maiores proporções e maior fama, atraindo gente de todo o país para o evento que se tornou famoso por seu caráter universitário. Desta forma, a Festa do 12 juntava a hospedagem em repúblicas às festas internas promovidas para os ex-alunos, criando uma nova interação entre turistas e estudantes novos e antigos, mas também mercantilizando e espetacularizando o caráter tradicional da festa relacionada à Escola de Minas. Os quartos dos estudantes passam a ser o dormitório dos turistas - ao invés de

ex-alunos - de forma precária, ao molde da tradicional hospedagem (22) em repúblicas já consolidada.

Desta forma, com a mercantilização da festa, que proporciona a venda de pacotes incluindo hospedagem aos turistas, durante as festividades do 12, as repúblicas também se transformam em não-lugares para alguns de seus ex-moradores (23), que não se sentem à vontade de ficar na sua ex-república devido ao barulho, à bagunça e às novas regras de convivência, associadas ao mundo mercantilizado da festa, do qual não escaparam as práticas tradicionais das repúblicas estudantis ouropretanas.

Devido às críticas da comunidade local e das próprias associações internas das repúblicas mais antigas, a Festa do 12 vem perdendo força enquanto ocupação nas ruas durante o evento, que agora se restringe às confraternizações em cada república. Algumas deixaram, inclusive, de vender pacotes promocionais para turistas, em detrimento da primazia da hospitalidade dos ex-alunos de cada casa, conservando o caráter tradicional da festa. Contudo, com a expansão da UFOP e aumento do número de repúblicas também na região da Bauxita, ao redor do campus da universidade, a Festa do 12 passou a acontecer também nas repúblicas daquela região, em repúblicas mais recentes e, em geral, destituídas de alguma relação de comemoração exclusiva do aniversário da Escola de Minas. Nessas repúblicas, o caráter de mercantilização da festa é mais evidente, já que se faz a “festa pela festa”, embarcando no feriado festivo da cidade (24) e nas comemorações das repúblicas tradicionais.

Desta forma, Ouro Preto se torna uma cidade tomada pelas festas de cada república no dia 12 de outubro, algumas no centro histórico, mais antigas, e que continuam comemorando o aniversário da Escola de Minas, reatando

laços de amizade e perpetuando a relação entre antigos e novos alunos da UFOP. Ao mesmo tempo, outras tradições da festa na cidade são “construídas”, mas agora através de comemorações que não celebram a memória das repúblicas ou do relacionamento entre estudantes, mas sim o lazer, a juventude e a diversão por si só, a fruição e a contemplação da necessidade capitalística da satisfação dos desejos, da criação de espetáculos através do consumo. A Festa do 12 hoje possui múltiplas realizações e interpretações, ora tradicionais, ora espetacularizadas, às vezes com caráter de obra, e, ao mesmo tempo, como produto.

Considerações Finais

As repúblicas estudantis criadas ainda no início do século XX convivem com a proliferação de novas repúblicas das décadas de 90 e 2000 - época em que a UFOP cresceu significativamente. A partir de então, as festas, a hospedagem nas repúblicas durante o Festival de Inverno e a comemoração do carnaval ganham novas escalas, levando em consideração que até a década de 80 o número total de estudantes universitários na cidade girava em torno de 1.500 alunos, e, atualmente, beira a cifra de 7.000 estudantes - correspondente a mais de 10% do valor total da população local. Estudantes que habitam a cidade movimentam a economia e participam da criação de uma nova centralidade em função da UFOP, através da ocupação e consolidação do Bairro Bauxita - onde se localiza o novo *campus* da universidade.

É preciso lembrar que grande parte das repúblicas está localizada no centro histórico de Ouro Preto, principalmente as mais antigas. Desta forma localizam-se em locais estratégicos para o turismo, grandes casarões do século XIX que, em alguns casos, mantêm sua conservação através do uso

residencial pelos estudantes. O centro histórico de Ouro Preto é também onde se concentram famílias tradicionais da cidade e o comércio local, o que, muitas vezes, encerra conflitos por causa do barulho da vizinhança - das festas das repúblicas, que acontecem frequentemente. Além disso, a função mercadológica que os estudantes e as repúblicas criaram na cidade acabaram por encerrar conflitos com o comércio local, que reclama da concorrência. Aliada à questão mercadológica, está em jogo o reconhecimento da tradição das repúblicas estudantis na cidade frente aos novos rumos que esta forma de moradia vem tomando. Todos esses fatores mexeram significativamente com a dinâmica urbana local, a começar pelo súbito aumento do número de estudantes na cidade nos últimos anos. A partir de então, a economia ganha impulso, ao mesmo tempo em que aumentam os problemas urbanos da cidade em relação à infraestrutura que possui para abrigar e manter os estudantes na cidade.

As repúblicas estudantis ouropretanas, enquanto parte da sociedade contemporânea, passaram a espetacularizar seu espaço através da produção e promoção das suas festas, que ganharam grandes proporções de movimentação econômica. Em momento de festas maiores e mais elaboradas, a mercantilização e espetacularização das festas republicanas ficam mais evidentes e criam maiores conflitos no cotidiano, pelo barulho que provocam, pelas intervenções arquitetônicas que fazem para garantir infraestrutura a esses eventos e pela própria descaracterização das festas republicanas enquanto obra. Entretanto, percebe-se que os estudantes também preservam o espaço através do uso do lugar criado, mas não em função da importância da cidade enquanto patrimônio cultural. Deste modo, as festas realizadas sobrecarregam a infraestrutura local, e esvaziam o sentido de pertencimento em

alguns momentos, principalmente quando grandes festas são realizadas fora das repúblicas, em espaços destinados a este fim.

Entretanto, ao mesmo tempo, as repúblicas se conservam um lugar de relacionamento, de convivência diária e da criação de afetos, demonstrando as práticas e estratégias dos estudantes universitários, que perpetuam tradições de relacionamento entre estudantes, ex-estudantes e a cidade no cotidiano ouropretano. Neste sentido, os estudantes continuam sendo importantes na preservação do centro histórico ouropretano, não deixando que o local seja gueto da atividade turística. A hospedagem nas repúblicas e as festas realizadas em seus espaços demonstram bem as subjetividades criadas em meio à hegemonia capitalística, um processo que se converte a todo momento, através da mercantilização de seus espaços, e, ao mesmo tempo, da criação de afetos, tradições e sensibilidade em seus espaços internos.

NOTAS DO CAPÍTULO

(1) IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, criado em 1937, com o nome de SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

(2) UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, fundada em 1945, com o objetivo de contribuir para a paz e segurança no mundo, mediante a educação, a ciência, a cultura e as comunicações. A UNESCO criou uma lista de lugares que podem ser considerados Patrimônio da Humanidade, ou seja, lugares que, internacionalmente reconhecidos, passam a gozar de benefícios no Direito Internacional quando “presenteadas” com o título. Esses lugares podem ser monumentos, conjuntos

urbanos ou arqueológicos, desde que tenham um reconhecido valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

(3) O Bairro Bauxita se localiza na porção sul da cidade, nas imediações do Morro de Cruzeiro. É para este local que apontou o adensamento de Ouro Preto a partir da metade do século, com o crescimento das indústrias e instalação da Escola Técnica e posteriormente da UFOP na região.

(4) Considera-se aqui o “lugar” seguindo definição de AUGÉ (1994) - o sentimento de pertencimento, a cultura materializada através das relações humanas são responsáveis por transformar espaços em lugares, quando ocorre o estabelecimento de ligações entre espaço e sociedade, quando se criam afetos e reconhecimentos.

(5) Não foi possível saber o número exato de repúblicas na cidade, já que é um número variável no tempo e não existe um registro que demonstra essa quantidade de forma aproximada. Adota-se, então, estimativas feitas pela comunidade local, calculadas a partir do número de estudantes da UFOP em Ouro Preto.

(6) Não se atribui aqui a classificação de “vida universitária” somente aos estudantes de Ouro Preto. Existem muitas formas de vida universitária em várias cidades universitárias do Brasil e do mundo, mas, aqui, será ressaltado o estilo de vida universitário em Ouro Preto e suas peculiaridades.

(7) O CAEM - Centro Acadêmico da Escola de Minas - funcionava semelhantemente a um clube, com festas com a participação tanto de estudantes quanto de moradores da cidade. Era o local de encontro dos estudantes, e se localiza ainda hoje na Praça Tiradentes, próximo à antiga Escola de Minas.

(8) Estima-se que a partir da década de 60 ingressavam anualmente cerca de 200 novos alunos na UFOP.

(9) Com o atual Governo Lula - Luis Inácio Lula da Silva, gestão 2003 -, algumas mudanças foram introduzidas no quadro da educação superior no país. O PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação, lançado em 2007, aliado ao PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, comporta uma série de medidas que objetivam duplicar a oferta de vagas no ensino público superior no país. Surge em cena, então, o REUNI - Programa de Apoio Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, através do Decreto nº6.096 de 2007, com a meta de “alcançar, gradualmente, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano: taxa de conclusão média de noventa por cento nos cursos de graduação presenciais; e relação de dezoito alunos de graduação por professor em cursos presenciais” (BRASIL, 2007, p. 02).

(10) Como afirma Lefebvre (1991, 2001), há uma diferença entre obra: aquilo que tem valor de uso, se opondo ao produto, aquilo que tem valor de troca.

(11) Cf. BOURDIEU (2007).

(12) Ainda na Idade Média, a universidade se consolidou como uma instituição que recrutava estudantes de diversos lugares da Europa, que, como vinham de todas as partes, começaram a se alojar agrupados de acordo com sua origem geográfica; em certo sentido criando um mundo à parte do forte regionalismo das cidades feudais. Esses locais de moradia eram chamados de “nações”, já que costumavam ser separados por estudantes segundo sua origem geográfica, na maioria das vezes dentro de um mesmo país.

(13) A instalação definitiva da universidade na cidade portuguesa mexeu com a dinâmica do espaço urbano coimbrã.

O alojamento dos estudantes reforçou a divisão entre cidade alta e cidade baixa, já que, já no século XIV, D. Diniz – rei de Portugal - ordenou que apenas pessoas do meio acadêmico poderiam se alojar na cidade Alta. É preciso ressaltar que a cidade Alta era habitada pela nobreza portuguesa, além do clero e “algum povo”, enquanto a cidade baixa abrigava predominantemente oficinas e mestres. Assim, intensifica-se então a dualidade do espaço, com a “Alta” habitada por universitários e docentes, e a “Baixa”, pelo povo ligado ao comércio e aos serviços. “Coimbra viveu, então, um forte crescimento demográfico, provocado não só pelo acréscimo da população universitária, mas motivado também pelo desenvolvimento dos novos serviços essenciais para a estadia de estudantes e docentes” (GOMES, C., 2007, p.06).

(14) As semelhanças entre as repúblicas estudantis coimbrãs e ouropretanas se revelam nos trotes, festas tradicionais, hierarquia interna de funcionamento e a tradição do ex-aluno, além de outros aspectos, como a moradia estudantil em casas consideradas patrimônios culturais.

(15) As repúblicas de Coimbra são vastamente estudadas e valorizadas como patrimônio local. Existem muitos autores que abordam o tema, os aqui citados são os de Fortuna (2006), Estanque (2005), Lamy (1990) e Ribeiro (2008).

(16) Não há dados precisos sobre a fundação de todas as Repúblicas do início do século XX. Contudo, algumas delas são citadas pelos cronistas como consolidadas já nas décadas de 20 e 30, como as Republicas “Vaticano”, “Consulado da Paraíba”, “Castelo dos Nobres”, “Verdes Mares”, “Serigi”, dentre outras.

(17) Ressaltando-se seu valor de uso, inexistindo, neste momento, seu valor de troca ou valor mercadológico.

(18) Os “sociais” são festas organizadas por moradores de repúblicas masculinas que “visitam” alguma república feminina ou vice-versa, como forma de aproximação entre repúblicas. Este tipo de festa ocorre com muita frequência em Ouro Preto, e é restrito aos estudantes, sem taxa de entrada e sem grande divulgação, apenas entre os moradores das repúblicas envolvidas e amigos próximos.

(19) O CAEM ainda é um espaço de convivência muito utilizado pelos estudantes da UFOP para promover festas com bandas.

(20) A batalha é como um período probatório de adaptação de calouros às repúblicas, onde passam por trotes e se submetem aos serviços estabelecidos pelos veteranos da casa. Após esse período, o calouro pode ou não ser aceito na casa, e caso a resposta seja afirmativa, há uma festa que comemora a “escolha” da casa pelo calouro.

(21) Neste caso, podemos citar duas grandes festas de Ouro Preto, a “Beer Fest” e a “Festa da Vila”. Criadas a partir do ano 2000, essas festas são feitas ora anualmente, ora semestralmente, em associação de várias repúblicas.

(22) A hospedagem de pessoas “de fora” em repúblicas é uma prática que tem seu início durante os anos 70, a partir do acontecimento do Festival de Inverno em Ouro Preto. Com o passar do tempo, as repúblicas se tornaram locais de hospedagem também para visitantes da cidade durante qualquer época do ano - não só durante o festival - e ganharam fama por tal ato, que ganhou maiores proporções a partir da década de 90. As repúblicas se tornaram também mais um atrativo turístico da cidade, por sua organização peculiar, pelo seu ambiente jovem e pelas grandes festas que começaram a ser promovidas dentro delas.

(23) É preciso ressaltar que ainda existem ex-moradores que se hospedam com suas respectivas famílias nas repúblicas onde moravam durante a Festa do 12, gozando inclusive de algumas regalias de hospedagem instituídas por serem veteranos há mais tempo; contudo, são minoria em relação aos ex-alunos que permanecem no local apenas para a festa, sem pernoitar no local.

(24) É importante lembrar que no dia 12 de outubro é feriado em todo o país, com a comemoração do dia de Nossa Senhora Aparecida e do Dia das Crianças. Desta forma, a Festa do 12 costuma coincidir com feriados prolongados, o que incentiva o grande número de pessoas de outras cidades para participarem da festa e facilita a volta dos ex-estudantes em suas repúblicas.

BIBLIOGRAFIA

AMARAL, Rita. **Festa à Brasileira: Sentidos do festejar no país que “não é sério”**. 1998. Tese (Doutorado em Antropologia Social)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

AUGÉ, Marc. **Não-Lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas, SP: Papirus, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes gerais do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: REUNI**. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/diretrizesreuni.pdf>>. Acesso em: fev. 2009.

CAMPOS, Fernando Antônio Borges. Anexo. In: **Resposta ao Ofício do Tribunal de Contas da União**, nº ref.067, [S.I.], 1990.

_____. **Fernando Antônio Borges Campos**. Ouro Preto: 8 dez. 2008. Entrevista concedida à Liliane Márcia Lucas Sayegh.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Tradução Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEQUECH, David. **Isto Dantes em Ouro Preto: crônicas**. Belo Horizonte: Sografe, 1984.

ESTANQUE, Elísio. **As Repúblicas de Coimbra, entre o passado e o presente**. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 2005. Não paginado. Disponível em: <<http://www.ces.fe.uc.pt/opiniaio/ee/001.php>>. Acesso em: out. 2008.

FORTUNA, Carlos. Centros Históricos e Patrimônios Culturais Urbanos: uma avaliação e duas propostas para Coimbra. **Oficina do CES**, Coimbra, n. 254, jun. 2006. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/254/254.pdf>>. Acesso em: nov. 2008.

GOMES, Carina. Viver no centro da cidade: práticas, discursos e representações sobre a baixa de Coimbra. **Oficina do CES**, Coimbra, n. 280, jun. 2007.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 7. ed. rev. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LAMY, Alberto Souza. **A Academia de Coimbra: 1537-1990**. Lisboa: Rei dos Livros, 1990.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na Idade Média**. Tradução Maria Julia Goldwasser. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. **Por amor às cidades: Conversações com Jean Lebrun**. Tradução Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

_____. **Em busca da Idade Média**. Tradução Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MACHADO, Otávio Luiz. (Org.). **Repúblicas de Ouro Preto e Mariana: trajetórias e importância**. Recife: Centro de Tecnologia e Geociências, Coordenação de Extensão, Universidade Federal de Pernambuco, 2007.

PEIXOTO, Paulo. Tradições universitárias e patrimonialização. **Oficina do CES**, Coimbra, n. 263, dez. 2006. Disponível em

<<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/263/263.pdf>>.

Acesso em: nov. 2008.

PIRES, Eliane. Juventude e Noite: Espaços Diferenciados. In: SEMINÁRIO FAZENDO GÊNERO, 8., 2008, Florianópolis. **Anais...**, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2008. 1 CD-ROM.

RIBEIRO, Artur. Perspectiva histórica da República de Coimbra. **Revista Rua Larga**, Coimbra, n. 19, jan. 2008. Disponível em: <<http://www.uc.pt/rualarga/anteriores/19/16>>. Acesso em: nov. 2008.

SARDI, Jaime Antônio. Estratégias de auto-regulação desenvolvidas por estudantes universitários em ambiente de exacerbação do prazer. **Revista Eletrônica da Universidade Federal de Mato Grosso**, Cuiabá, n. 15, jun./dez. 2000.

Disponível em:
<<http://www.ufmt.br/revista/arquivo/rev15/Sardi.html>>.

Acesso em: nov. 2008. Não paginado.

SAYEGH, Liliane. **Dinâmica urbana em Ouro Preto: Conflitos decorrentes de sua patrimonialização e de sua consolidação como cidade universitária**. Dissertação de Mestrado. 2009. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. **Projeto REUNI: 2008-2012**. Ouro Preto, 2008. Disponível em: <http://www.ufop.br/downloads/JornalUFOP/reuni_09jun2008plusacordometas51.pdf>. Acesso em: mar. 2009.

VERGER, Jacques; CHARLE, Christophe. **História das Universidades**. Tradução Élcio Fernandes. São Paulo: Editora UNESP, 1996.

**SEGUNDA
PARTE:
EDUCAÇÃO
SUPERIOR E
PATRIMÔNIO**

A CONSERVAÇÃO DE OURO PRETO

Rodrigo Meniconi⁶

A conservação das Cidades

A partir da década de 30 a arquitetura e o urbanismo modernos, propostos por Le Corbusier na carta de Atenas de 1933, encontrarão grande ressonância junto aos arquitetos e urbanistas responsáveis pela construção das cidades.

Contraposta à antiga cidade, onde a forma era compartilhada por seus habitantes e produzida “espontaneamente” através de uma imagem consensual, em que os espaços públicos e os edifícios estabeleciam as referências e eram feitos para durar indefinidamente, o projeto moderno propunha a cidade como resultado de uma elaboração científica, racional e funcionalista, reduzindo-a um modelo ideal, abstrato e a-histórico. Como a cidade antiga não correspondia aos pressupostos do racionalismo, ela deveria ser eliminada e substituída, conservando-se apenas as suas edificações excepcionais, ou seja, os seus monumentos. Na Europa a Segunda Grande Guerra, ou melhor, a destruição por ela provocada, vai recolocar a questão da conservação das cidades de modo dramático e urgente: a extensão e a escala das intervenções necessárias exigem a revisão dos conceitos e dos procedimentos operativos, fazendo com que o embasamento teórico da conservação entrasse em colapso. Somam-se a isso as críticas ao modernismo e as advertências dos conservadores ambientais.

⁶ Arquiteto e Professor da PUC-MG.

Sob essa nova ótica o projeto de restauração das cidades, executado com os instrumentos do planejamento urbano e regional e com os da história, deve identificar e recuperar seus motivos dominantes e salientes, substituindo a política de limitações e a passividade das ações de tutela por um ativo programa de intervenções. No dizer de Bonelli, a cidade é “vida traduzida em forma e forma repleta de vida”, e, portanto, além das questões formais, estruturais e funcionais, as ações devem cuidar da reforma das condições de existência das pessoas.

Em 1975, o Conselho da Europa realiza um congresso consolidando as experiências de recuperação urbanística levadas a efeito no continente e estabelecendo como prioridade a conservação integrada das cidades, com todos os seus valores e a participação de todos os agentes.

No ano seguinte, esse tema assume dimensão internacional na Conferência de Nairobi realizada pela Unesco, onde são produzidas recomendações relativas à salvaguarda dos conjuntos históricos e tradicionais e a seu papel na vida contemporânea, que, além de reafirmarem os valores desses conjuntos, advertem quanto aos riscos de banalização e normatização provocados pela cultura de massas e pelos processos de globalização. Como resultado desse movimento, surgem reivindicações indicando o retorno aos valores subjetivos e da tradição, investidas contra o zoneamento propondo a convivência de usos e funções diferenciadas, propostas de resgate da diversidade e peculiaridade dos lugares, como estratégia de diferenciação cultural destinada a combater a impessoalidade, homogeneização e frieza “machiniste”. Contra a cidade totalizante e arbitrária, criada aprioristicamente, surge a cidade construída a partir de suas várias realidades:

polifônicas, fragmentada, plural. Constatou-se então que essa cidade já existia de fato, concreta, viva, nas cidades antigas ou nas partes antigas das cidades que, por várias razões, ficaram à margem do desenvolvimento ou resistiram ao confronto com a renovação. A partir daí a conservação do patrimônio e o planejamento vão se reunificar, retornando-se, de certa maneira, à lógica de formação e crescimento da cidade pré-industrial.

O caso de Ouro Preto

No Brasil esta questão vai estar intimamente ligada à cidade de Ouro Preto, servindo para situar e esclarecer os momentos fundamentais do desenvolvimento do discurso e da prática da restauração entre nós. Ouro Preto, já consagrada como monumento nacional e enfeixando, portanto e consensualmente, todas as categorias de valores, será o lugar ideal para o estabelecimento dessas práticas. No dizer de Ávila (1980:11), ela é “a cidade síntese, a cidade-documento que nos entrega na sua coerência e autenticidade, a imagem viva de uma cultura, de um estilo civilizador e de um modo de ser que marcaram toda uma decisiva época da formação mineira, da formação brasileira”.

Na cidade de Ouro Preto como em toda cidade tradicional a conservação de logradouros e edifícios representativos constituía a norma. Este fato vai fazer com que as remodelações sucessivas preservem e mantenham vivos os seus pontos focais representados pelo casario, pela capelas, pelos edifícios de prestígio, pelos lugares de culto, que muitas vezes são o próprio espaço da cidade, seus logradouros, praças e ruas. Ainda no século XVIII, nas

intervenções efetuadas durante o governo de Conde de Bobadela, as escolhas fundamentais e o desenho da cidade já esboçado pelos arraiais foram conservados e potencializados. Trata-se mais de uma continuidade do que uma ruptura. Este mesmo traço de continuidade vai conduzir depois a construção das capelas sempre ao longo dos caminhos consolidados e sempre exaltando as peculiaridades da paisagem.

No século XIX quando se instala, no dizer de Lourival Gomes Machado, o espírito clássico advindo com a missão francesa, a atitude será sempre respeitosa e comedida. Os novos edifícios construídos nesta época mantêm volumes, ritmos e soluções de implantação e de decoração semelhantes às dos prédios preexistentes, uma vez que possuíam as mesmas matrizes renascentistas. Isso vai fazer com que o diálogo entre a arquitetura existente e a arquitetura inserida no tecido urbano não seja conflituoso. Também no século XIX a cidade busca recuperar a sua história, na verdade inicia a construção de sua memória, com a seleção dos eventos e personagens mais significativos. Isto aparece no estudo sobre o Aleijadinho, de Rodrigo Ferreira Bretãs, na criação do Arquivo Público Mineiro e no estabelecimento das Efemérides Mineiras, de Xavier da Veiga. Adquirem maior vulto o episódio da Inconfidência Mineira e o gênio de Aleijadinho, que serão depois os balizadores para a identificação dos valores nacionais que estariam impregnados nos próprios monumentos da cidade. No século passado a cidade conservou a herança do ouro, promovendo a “revitalização” de seus valores e “reciclando” seus edifícios mais importantes; ao mesmo tempo que procedia à implantação de novos equipamentos urbanos,

renovava edifícios e logradouros e buscava transformar seu próprio destino e vocação.

Na “Memória Histórica”, publicada em 1911, por ocasião da celebração dos duzentos anos da cidade, são reunidos diversos ensaios que intencionam realizar um inventário sintético de seus valores.

Ressaltando uma nova vocação da cidade, que constituirá “um dos mais notáveis centros intelectuais do Brasil, na última metade do século XVIII e no século XIX”, as “Notas sobre alguns estabelecimentos de Ouro Preto”, escritas por Cláudio de Lima, elencam a Escola de Farmácia, de 1839, cujo edifício atual ocupa a antiga “Chácara dos Monges”; o Colégio da Assunção, da Congregação da Missão, de 1840; a Escola de Minas, com a criação definida em Resolução de 1832, instalada primeiramente na Rua das Mercês e depois transferida para o Palácio, de 1876; o Liceu de Artes e Ofícios, criado em 1886, com sede em estilo “americano moderno”, cuja construção, iniciada em 1889, “encontra-se até agora não concluída”; o Ginásio de Ouro Preto (antigo Liceu Mineiro), de 1898, situado na Rua do Rosário; a Escola Normal de Ouro Preto, de 1873; e ainda, os colégios particulares Copsey, Brandão e Mineiro.

A criação da Escola de Minas, patrocinada pelo Imperador e levada a efeito por Gorceix, irá consolidar seu papel de centro de formação de estudo. A escola de engenharia, considerando a industrialização da província e do país, destinava-se a formar agentes de modernização ; com sua extensa e consistente formação técnico-científica e seu caráter operativo, seus alunos contribuirão nas mudanças da feição do Brasil. Posteriormente as escolas vão manter viva a cidade, não só devido a sua fundamental importância na vida econômica e social cidadina como também por seu importante

papel na conservação física das casas das “repúblicas” e do antigo Palácio.

Cumpra assinalar que no período de estagnação que seguiu-se à transferência da capital será essa a atividade que assegura alguma vitalidade à urbe. Fundamental também é a ação de antigos alunos e professores, como as iniciativas de Pandiá Calógeras, que instala um batalhão do Exército Brasileiro na região próxima da Lagoa do Gambá – local hoje ocupado pela Escola Técnica, e de Américo René Giannetti, responsável pela implantação da indústria do alumínio em Saramenha.

Nota-se sempre, que ao lado das modificações aportadas pelas transformações tecnológicas, de gosto, de condições sociais e das próprias vocações da cidade, estão sempre presentes as iniciativas de conservação e preservação. Tanto é assim que a cidade chega ao século XX praticamente com o mesmo traçado urbano e com muitas das edificações construídas ainda no século XVIII.

No século XX a cidade passa a constituir uns dos argumentos mais enfáticos para a construção da própria identidade nacional uma vez que personifica e concretiza os valores históricos e artísticos da brasilidade. A necessidade de conservá-la intocável vai fazer com que os serviços de proteção se organizem. Passando do discurso à prática têm início no Brasil as ações efetivas de conservação e restauração.

A cidade começa a monumentalizar-se com a transferência da capital para Belo Horizonte e o seu conseqüente esvaziamento populacional, econômico e simbólico-representativo. Esses fatos vão lançar as bases e condições para as novas concepções e propósitos aos quais Ouro Preto deverá responder.

Mesmo antes do tombamento ela é destinada a atender a outras demandas: a construção/reconstrução de um retrato de Minas e do Brasil, fundamental para a afirmação simbólica da identidade nacional. Qualquer ameaça à integridade desse patrimônio significaria uma ameaça à própria brasilidade, derivando daí o sentimento de perda que aflora constantemente no discurso dos órgãos de proteção e tutela.

No que concerne à cidade, a construção do monumento vai fazer com que ela perca, de fato, grande parte de sua autonomia e muito dos seus referenciais. A Ouro Preto que surge dos discursos não é mais uma cidade, pelo menos não uma cidade como as outras: de certo modo, transforma-se em objeto museológico.

A trajetória dessa metamorfose, ensaiada ao longo das três primeiras décadas deste século, irá culminar com a sua oficialização como Monumento Nacional, em 1933, e o seu posterior tombamento, em 1938. Primeira cidade a contar com legislação de proteção municipal ; palco da excursão modernista em 1924 – capitaneada por Mário de Andrade, objeto de obras de restauração levadas a efeito pelo governo estadual no final dos anos 20 e pela Inspeção de Monumentos Nacionais durante a década de 30, Monumento Nacional tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e inscrita no elenco das cidades Patrimônio Cultural da Humanidade pela *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (Unesco), Ouro Preto será sempre o lugar onde as políticas culturais e as ações efetivas de conservação, restauração e revitalização vão ser experimentadas e efetivadas, oferecendo, portanto, exemplos que ilustram os diversos comportamentos relativos a essa matéria.

Ouro Preto, que já experimentou diversas fases e diversas abordagens, encontra-se agora em um novo ponto de mutação. Embora não estejam ainda definidos, nem mesmo delineados, os novos arranjos institucionais e legais nem os instrumentos de controle e gestão urbana que forçosamente se darão ao fim das transformações em curso, uma coisa é certa deverão perseguir a criação de uma arquitetura urbana fundada nos valores de sua gente.

OS SINTOMAS E AS CAUSAS DO DECLÍNIO⁷José Murilo de Carvalho⁸

Uma sonolência soturna e mofada...ODORICO DE
ALBUQUERQUE.

Nota introdutória

Publica-se aqui parte de um livro publicado há mais de 20 anos. Em 1978, a situação da Escola de Minas era de inegável decadência, fato reconhecido por professores e observadores externos. A preocupação do livro era explicar por que uma escola que inovara profundamente o ensino e a pesquisa no país e que tivera, via ex-alunos, grande impacto na formulação da política mineral e na implantação da siderurgia brasileira, chegara à situação em que se achava. Além da explicação das causas do declínio, buscava-se ainda discutir alternativas de recuperação do antigo brilho.

A principal razão do êxito inicial foi o decidido apoio político dado a Gorceix pelo Imperador que possibilitou a introdução de várias inovações em relação ao que se praticava no país: método de ensino baseado em intensa atividade prática e de pesquisa, longe do verbalismo e da memorização; sólida formação básica em matemática, física e química;

⁷ O texto foi reproduzido do seguinte livro: CARVALHO, José Murilo de. A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória. São Paulo: Editora Nacional; Rio de Janeiro: Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), 1978. Agradecemos à FINEP pela autorização da publicação do texto.

⁸ Professor Titular de História da UFRJ.

seleção rigorosa dos alunos; tempo integral para professores e alunos; bons salários para professores e bolsas para alunos carentes; estreito contato dos professores com a melhor ciência da época; preocupação com a aplicação prática do conhecimento. As causas da decadência tiveram a ver, sobretudo com a perda de prestígio político, o isolamento em relação à comunidade científica externa, a excessiva endogamia do corpo docente, a redução da pesquisa, o fim do tempo integral para boa parte dos professores.

À época em que foi escrito o livro, a Universidade Federal de Ouro Preto tinha menos de dez anos de vida e ainda não encontrara seu rumo. O impacto de sua criação na Escola de Minas era nulo, para não dizer negativo. Apoiada pelos professores da Escola para evitar incorporação à Universidade Federal de Minas Gerais ou à Universidade Federal de Viçosa, ela causava antes reações negativas pela inevitável interferência que tinha na vida da Escola. Daí não ser vista como solução e haver certa perplexidade sobre que medidas tomar para recolocar a Escola no rumo certo.

O autor não acompanhou a evolução da Escola e da UFOP nos últimos 20 anos e não pode avaliar o que mudou e em que direção. Não pode dizer se afinal a criação da universidade foi ou não uma solução para a Escola. Seja como for, duas condições parecem ser ainda hoje fundamentais para o êxito de uma escola superior ou mesmo uma universidade: o apoio público e a criatividade interna. O primeiro reflete-se no investimento de capital e no salário de professores e funcionários, propiciadores de ambiente adequado de trabalho; o segundo depende de lideranças internas capazes de mobilizar as energias da comunidade universitária. Nenhuma das duas condições se verifica hoje nas universidades federais. Em comparação com a situação de 20 anos atrás da Escola de

Minas, pode-se dizer que a grande luta das federais hoje, certamente também da UFOP, não é sair da decadência, mas evitar cair nela. Não se pode dizer que esta seja uma perspectiva animadora.

(Nota introdutória produzida pelo autor do texto em 2000).

Em vários momentos houve manifestações de dentro e fora da Escola denunciando que algo estava errado, embora nem sempre se apontasse com precisão o que exatamente estava errado. Igualmente, e concomitantemente, se apontavam fatores que seriam responsáveis pelos males diagnosticados. A lista destes fatores era geralmente grande e variava de acordo com a posição de quem os apontava. Defensores da Escola tendiam a apontar causas externas, ao passo que os críticos preferiam indicar fatores internos. Daremos, a seguir, um sumário das principais manifestações.

Convém notar, porém, que já antes de 1939 houvera algumas manifestações externas à Escola que sugeriam o início de uma inflexão na curva de sua evolução. A primeira referência surgiu na mensagem que Epiácio Pessoa enviou ao Congresso em 1921. Dizia a mensagem sobre a Escola:

“O fato, porém, de viver longe dos centros de cultura e dos grandes meios industriais explica naturalmente o estar decaindo, de certo tempo a esta parte, do seu florescimento primitivo” **(1)**. Esta menção pode ser sido consequência dos atritos do Governo Epiácio, particularmente de Pires do Rio, com Clodomiro de Oliveira. No entanto, Gonzaga de Campos, que favorecia as posições do governo mineiro, e que na época era diretor do DNPM e muito chegado ao ministro Simões Lopes, já manifestara também a preocupação com os efeitos

da localização da Escola sobre o ensino: “Ou o governo melhora o meio ou a Escola de Minas deve sair”, teria dito. O problema da localização, identificado aqui como causa do declínio, acompanhou sempre a história da instituição, como veremos adiante.

A segunda menção a uma possível queda da qualidade do ensino se deve ao ministro Francisco Campos e está inserida em sua justificativa da incorporação à Universidade do Rio de Janeiro, em 1931. Diz ele: “Escola de notórias tradições científicas e didáticas, o isolamento em que se encontra tem contribuído grandemente para que não venha mantendo no mesmo alto nível a reputação de seu ensino” (2). Nova mente se responsabiliza o isolamento pela queda do nível do ensino, mas não se especifica também em que sentido estaria o ensino decaindo.

Mas a primeira manifestação mais elaborada sobre o declínio só viria com o memorial de 1939, apresentado à Congregação por Alberto Mazoni. Dada sua importância, e pelo pouco que é citado, daremos aqui um resumo de seu conteúdo.

O ponto central do memorial é a necessidade de separar a Escola de Minas da cidade de Ouro Preto. Pelo espírito que as anima, as duas são incompatíveis. A cidade é berço de tradições, volta-se para o passado e a ele deve ser mantida fiel. À Escola, pelo contrário, não cabe a guarda do passado, mas do futuro e para este deve projetar-se. “Contagiar-se da alma da cidade é o mal de que cumpre fugir” (3). As condições necessárias para a conservação da cidade são exatamente as que militam contra a vida da Escola. A cidade precisa de silêncio e paz, a Escola precisa do fervilhar das indústrias e das técnicas.

A localização em Ouro Preto, segundo o memorial, é principalmente prejudicial ao curso de engenharia civil (do qual Mazoni era professor). Mas a parte técnica do ensino, em geral, se vê prejudicada, pois a atividade metalúrgica já se deslocou para a região próxima de Sabará. Gorceix estava certo ao escolher Ouro Preto, mas mudaram as circunstâncias e os próprios critérios usados por ele para escolher Ouro Preto o levariam agora a escolher outra localização. O mal principal causado pela localização em Ouro Preto é a dificuldade de recrutar professores e alunos. No que se refere ao recrutamento de professores, há cadeiras que ficam vagas pela falta de candidatos para preenchê-las. A solução sempre adotada era a da acumulação de cadeiras pelo mesmo professor. Mas esta acumulação estava agora proibida. Além disto, a instituição da livre-docência não tinha condições de prosperar em Ouro Preto, pela falta de outras oportunidades de trabalho que pudessem suplementar os salários. Caso se efetive a medida de obrigar os professores a viverem em Ouro Preto, prevê o memorial, ou ficarão sem preenchimento as vagas de professores, ou serão recrutados elementos incompetentes, com conseqüências desastrosas para o ensino.

Por fim, o memorial faz um histórico do movimento em favor da transferência. A primeira manifestação da idéia é de 1894. Neste ano, tendo em vista a próxima transferência da capital para Belo Horizonte, o governo de Floriano baixou um decreto, assinado por Fernando Lobo, determinando a transferência para Barbacena. Houve reacção de ex-alunos que se tinham eleito para o Congresso, especialmente de Antônio Olinto. A Congregação foi consultada e votou contra a mudança, em reunião de 23 de janeiro de 1895, pela estreita margem de 8 votos a 5. O próprio diretor Archias Medrado votou pela mudança, e a principal reacção parecia ser contra a

transferência para Barbacena e não contra a transferência em si (4). Na justificação de seu voto favorável à mudança para Belo Horizonte, Domingos Porto diz que com a mudança da capital, o centro cultural de Minas – uma das razões usadas por Gorceix para escolher Ouro Preto – também se deslocaria para a nova sede do governo. Além disto, Belo Horizonte está tão bem situada do ponto de vista da existência de minas e fábricas de ferro como Ouro Preto, e é mais favorável do ponto de vista da engenharia civil, que não tem aplicação na antiga capital. Ouro Preto irá decair com a mudança e o governo terá provavelmente que fechar a Escola por falta de alunos (ata de 19 de fevereiro de 1895). O novo governo de Prudente de Moraes sustou a transferência. Mas em 1910, o ministro do recém-criado Ministério da Agricultura, indústria e Comércio enviou telegrama à Congregação pedindo opinião sobre a conveniência de transferir a Escola para Belo Horizonte (ata de 22 de março de 1910). Desta vez seis votos foram contra e apenas três a favor. Um dos votos a favor foi o de Augusto Barbosa da Silva, o construtor do forno elétrico, que o justificou dizendo que em Belo Horizonte seria mais fácil recrutar professores e alunos, que Belo Horizonte não era inferior a Ouro Preto em nenhum aspecto referente ao ensino técnico, sendo superior em alguns, especialmente na parte de engenharia civil; e, finalmente, que em Belo Horizonte a Escola estaria mais perto do centro de poder e teria melhores condições de obter as medidas de que precisasse (ata de 28 de março de 1910). O assunto, no entanto, foi novamente esquecido. Costa Sena, o diretor na época, era contrário à mudança e seu prestígio como cientista e político era suficiente para evitá-la.

Como se vê, os argumentos do memorial em favor da transferência são mais ou menos os mesmos utilizados em

1894 e 1910. Em 1939, porém, já se percebem como reais os problemas que antes se imaginavam prováveis. Mas não havia ainda uma clara indicação dos aspectos em que a Escola estava de caindo. O que havia era um sentimento generalizado, mesmo entre o grupo ouro-pretano, de que ela perdera seu dinamismo antigo e entrara num período de estagnação. Ou no dizer de um dos mais convictos ouro-pretanos, Odorico de Albuquerque, havia “uma sonolência soturna e mofada” (ata de 12 de abril de 1939). Alves de Souza, em sua declaração de voto enviada ao presidente da República, afirmara que a Escola, após meio século de brilhantes realizações, estava “perdendo sua alta eficiência e, conseqüentemente, sua excepcional reputação” (ata de 18 de maio de 1943). Em carta a um professor, Alves de Souza atribuíra o descrédito às divergências entre os membros da Congregação e afirmara: “Choca horrivelmente o crescimento rápido de seu descrédito no conceito público”. Ante a reação da Congregação, negando que houvesse declínio do ensino, ele volta a repetir as críticas, acrescentando que a eficiência da Escola se mede pela respeitabilidade da Congregação, pelo ambiente de trabalho e pela eficiência dos profissionais diplomados. Os dois primeiros itens, segundo ele, não se verificavam em Ouro Preto, devido às divergências na Congregação, especialmente entre o diretor e o grupo mudancista. Outras manifestações se seguiram. Em seu projeto de criação do Ministério de Minas e Energia, de 1945, Bernardino de Matos dizia que “o que se reclama para a Escola de Ouro Preto é reformar-lhe os métodos, a estrutura, o ambiente, imprimindo-lhe feição nova, proporcionando-lhe meios novos” (5). Fracassada a criação da Universidade Técnica com a queda de Getúlio, a Escola teve novo regimento em

1946, seguindo a reforma da Universidade do Brasil. Na discussão deste regimento, Moacir Lisboa, também convicto ouropretano, insistiu em medidas que modificassem o ambiente de Ouro Preto, responsável, segundo ele, pela estagnação. A estagnação, disse ele, podia ser verificada pelo lento desaparecimento do convívio dos professores, do intercâmbio com os alunos, da publicação dos Anais (ata de 02 de maio de 1946). Uma comissão foi nomeada pela Congregação e apresentou, seis meses depois, as medidas que se deveriam tomar em relação a Ouro Preto para melhorar as condições da Escola. Estas medidas incluíam melhoria dos serviços públicos, construção de praça de esportes, de campo de aviação, de residências para professores e alunos etc. (ata de 28 de novembro de 1946).

Em 1949, é um editorial da Revista da Escola de Minas, dirigida pelos alunos, que chama a atenção para a decadência. Comentando o fato de se ter realizado o 3º Congresso Nacional de geologia na Bahia, sem que a Escola tivesse mandado um só representante e nem tivesse tomado conhecimento, o editorialista, aluno do 6º ano, verifica que “a Escola está perdendo a destacada posição conquistada pelos que nos precederam” (6). Ela foi pioneira da eletrossiderurgia, diz o editorial, mas agora “por mais que procuremos, não somos capazes de citar uma pesquisa, um trabalho ou estudo que viesse colaborar na solução de algum problema relacionado com a Metalurgia no Brasil” (7).

Apesar de todas as medidas tomadas no período, como a criação do Parque Metalúrgico e posteriormente do Instituto de Mineração e Siderurgia, da separação da Universidade do Brasil, da criação da Universidade de Ouro Preto, todas elas solicitadas ou apoiadas pela Congregação, nenhum progresso real se notou e permaneceu o sentimento de que continuava o

declínio. Escrevendo em 1974, o mesmo Moacir Lisboa, que falava em declínio em 1946, comenta que “a cultura dos professores e dos alunos, de modo geral, e em relação ao desenvolvimento científico-tecnológico, está progressivamente decaindo” (8).

Analistas de fora insistiam e insistem nos mesmos pontos. Glycon de Paiva, por exemplo, diz que a Escola já cumpriu sua missão e agora é tempo de se pensar em outras maneiras de organizá-la (9). Amaro Lanari Jr. afirma que ela estagnou e precisa de uma profunda reformulação (10). Há insatisfação geral, seja entre os professores, seja entre os ex-alunos, seja entre os alunos, seja entre simples observadores. Alguns dos antigos professores chegam mesmo a desejar que a Escola acabe de uma vez para, pelo menos, ainda morrer com alguma dignidade.

A decadência em parte pode ser simplesmente um problema de perspectiva. O que era uma inovação e um grande progresso no Brasil de 1876 hoje pode estar totalmente ultra passado. A Escola durante muito tempo foi a única instituição em sua área de especialização e não tinha competição. Neste sentido, parte do que se chama decadência poderia ser antes uma ausência de evolução e de acompanhamento dos progressos científicos e didáticos. No entanto, é possível argumentar que não houve apenas um declínio relativo, mas também absoluto em relação ao que existia antes. O declínio se teria verificado principalmente nos seguintes pontos:

a. A Escola se fechou sobre si mesma

Em seus primeiros anos, através dos professores franceses, através do envio de recém-formados ao exterior, através de boa biblioteca, através de constante participação em congressos e exposições, a Escola se mantinha a par do que se passava na área da ciência e da técnica em centros mais avançados. Após a saída dos professores franceses (o último morreu em 1895), só muito recentemente, com a criação do Instituto de Mineração e Metalurgia, se tentou novamente trazer visitantes. Mesmo assim a Escola não foi mais capaz de mantê-los, assim como não manteve os que para lá foram por ocasião da implantação dos cursos da CAGE. Consta que por esta época um professor americano teria dito que não seria possível colocar um professor de seu país em Ouro Preto por falta de condições de ensino e pesquisa (11). No caso do Instituto de Mineração e Metalurgia, os pesquisadores do IRSID ficaram por pouco tempo, retirando-se depois, seja para seu país de origem, seja para outras instituições brasileiras. O matemático italiano Achille Bassi, por exemplo, tentou criar um instituto de pesquisas matemáticas, não tendo obtido o apoio de que necessitava. Foi desenvolver suas pesquisas na Universidade de São Carlos (12).

O sistema de enviar alunos recém-formados ao exterior foi extinto pela reforma Francisco Campos, em 1931. Embora tivesse funcionado com irregularidade, o sistema chegou a mandar vários engenheiros à França, como Augusto Barbosa, com bolsa concedida pelo próprio Imperador, José Pires do Rio, Gastão Gomes, José Barbosa da Silva, Armando Bretas Bhering e outros. Há algumas tentativas mais recentes de enviar jovens professores para pós-graduação no exterior. Mas, como no caso dos professores estrangeiros, estes pós-graduados, ao regressarem, tendem a abandonar a Escola em busca de ambientes mais favoráveis de trabalho ou mais

compensadores financeiramente. Os poucos que ficam não têm condições de influenciar de maneira substancial o ensino e a pesquisa.

No que se refere à participação em congressos e exposições, desde o final da década de 20 que a Escola deixou de dar atenção a essas atividades. Anteriormente era freqüente sua presença, especialmente no período de Costa Sena como diretor, tendo recebido várias medalhas em exposições internacionais. Após 1930, tem apenas servido de sede para congressos. Vimos a queixa dos alunos em 1949 em relação ao desinteresse pelo 3º Congresso Nacional de Geologia (13) Consta ter dito um conhecido professor, após viagem aos Estados Unidos, que nada vira de novo em matéria de ensino e pesquisa.

No que se refere à biblioteca, segundo depoimento de quem foi bibliotecário por longos anos, José Pedro Xavier da Veiga, foi sendo também perdido o contato com o exterior pela redução e interrupção de assinaturas de revistas técnicas. A simples interrupção da publicação dos *Anais* significou uma grande perda em termos de atualização bibliográfica. Um simples exemplar dos *Anais* correspondia a centenas de publicações enviadas de todas as partes, em permuta.

b. O ensino massificou-se e tornou-se mais teórico

A partir dos aumentos de matrícula dos anos mais recentes, o ensino perdeu a característica individualizada introduzida por Gorceix. Não é mais possível ao professor acompanhar o aluno desde o início até o final do curso, tanto nas aulas como nos laboratórios e nas excursões práticas. Paralelamente, a insistência no aprendizado teórico-prático, típica de Gorceix, se tornou cada vez menos viável. O

estudante tem muito menos oportunidades de usar laboratórios e as excursões se limitam quase que a uma visita anual à Usiminas, e a estágios que não existem em número suficiente para todos.

O estilo inicial de Gorceix só seria possível hoje em cursos de pós-graduação. No entanto, a pós-graduação tem sido um dos fracassos da Escola. Foi criada em 1972 uma pós-graduação em Metalurgia, com o auxílio da Fundação Gorceix e do Instituto Costa Sena, que tinha enviado vários ex-alunos ao exterior para especialização. O curso pouco durou e, por várias razões, os professores, em sua maioria, abandonaram a Escola, para assumir postos em outras universidades ou em órgãos Como a Siderbrás, que oferecem melhores salários. Seja qual for a origem do fracasso da pós-graduação, externa ou interna, o fato é que em Belo Horizonte, por exemplo, já se desenvolve, um promissor mestrado em engenharia metalúrgica (14).

c. O tempo integral se tornou exceção

Outro aspecto fundamental da organização primitiva, como vimos, era a dedicação total de professores e alunos à tarefa acadêmica. Seria irrealístico, nas circunstâncias brasileiras, pensar que fosse possível existir hoje uma escola de graduação com todos os professores em dedicação exclusiva. No entanto, é também ilusório achar que possa haver ensino de boa qualidade sem um número razoável de professores bem treinados em tempo integral. A medida que se foi expandindo, a Escola foi tendo a proporção de seu corpo docente em dedicação exclusiva reduzida constantemente. Hoje, com mais da metade dos professores em regime de 12 horas, mesmo que o tamanho das turmas o

permitisse, não seria possível o constante acompanhamento dos alunos.

Paradoxalmente, onde talvez se tenha conservado melhor a tradição inicial, é no que se refere à dedicação integral dos alunos. As bolsas de estudos foram extintas por Francisco Campos, mas desde 1961 a Fundação Gorceix tem desenvolvido um amplo programa de bolsas de alimentação e de estudo para alunos carentes. Em 1976, em torno de 20% dos alunos recebiam bolsas seja de estudos, seja de alimentação (15). Além disto, o ambiente de Ouro Preto, que não mudou muito, e o sistema de repúblicas estudantis, que não só não mudou como continua se ampliando, fazem com que o corpo discente seja talvez mais dedicado aos estudos do que o de outras universidades localizadas em centros maiores (16). O fato é reconhecido mesmo pelos críticos. Desde a década de 1940, é provável que os alunos tenham sido o elemento mais dinâmico. A eles está afeta a publicação da Revista da Escola de Minas, hoje o único veículo de divulgação dos trabalhos científicos produzidos na Escola. Deles também foi a iniciativa de criar a SICEG, já mencionada, que até hoje mantém suas atividades.

d. A Escola não tem mais o bafejo do poder

O apoio incondicional do governo, movido pela vontade imperial, foi uma condição *sine qua non* para o êxito inicial. Tal apoio permitiu a adoção de todas as medidas, embora destoantes da prática brasileira, que foram responsáveis pelo êxito. Algumas das medidas implicavam mesmo em privilégios que desagradavam a outras escolas e provocavam resistências e inimizades. Durante a República

Velha, a grande participação dos professores na política, inclusive a nível ministerial, bem como o prestígio de Costa Sena e Augusto Barbosa permitiram a manutenção, embora já algo enfraquecida, desta atitude favorável por parte das autoridades governamentais. A situação sofreu sua primeira séria alteração com a reforma de 1931 e com a incorporação à Universidade do Rio de Janeiro e ao Ministério da Educação e Saúde.

O maior mal talvez tenha vindo da incorporação não à Universidade do Rio de Janeiro, mas ao novo ministério. É certo que, do ponto de vista administrativo e didático, a ligação à Universidade trouxe alguns males a que a Congregação freqüentemente se referia, principalmente durante as lutas pelo desligamento (p. ex. ata de 31 de dezembro de 1959). Mas, em parte os males atribuídos à Universidade eram simples conseqüências das novas leis de ensino, estabelecidas pelo Ministério da Educação e Saúde. Tais eram, por exemplo, a eliminação dos substitutos, o fim das bolsas de estudos e das viagens ao exterior a eliminação do concurso, ao final do curso geral, para ingresso no curso especial etc. Pela incorporação ao ministério, no entanto, a Escola se tornou apenas um estabelecimento a mais, entre centenas de outros a serem financiados e supervisionados. Enquanto pertencera ao Ministério da Agricultura, Comércio e Indústria, era filha única, além de ter vários de seus ex-alunos em postos importantes dentro do ministério, como na chefia do SGMB, por exemplo. Além disto, por não ser um ministério especializado na área de educação, dava à Escola toda a liberdade para estabelecer seu regime interno, administrativo e didático. No Ministério da Educação e Saúde, depois da Educação e Cultura, esta liberdade foi aos poucos desaparecendo, com as sucessivas leis de reforma do ensino

promulgadas ou decretadas após 1931. Após a saída de Gastão Gomes, em 1943, só houve real disposição de ajuda, a nível ministerial, durante o governo Kubitschek, quando estava no Ministério da Educação Clóvis Salgado. A incorporação ao Ministério das Minas e Energia, quando este foi criado, poderia ter sido medida salvadora, se acompanhada de outras capazes de renovar o ensino e a pesquisa. Algumas das melhores escolas técnicas brasileiras até hoje pertencem a outros ministérios e talvez em parte por isto sejam boas. Tal é o caso, por exemplo, das escolas militares, como o ITA, da Aeronáutica, e o Instituto Militar de Engenharia, do Exército. O mesmo pode ser dito de institutos de ensino e pesquisa pertencentes ao CNPq, como o Instituto de Matemática Pura e Aplicada, o Instituto de Pesquisas da Amazônia etc. Mas o que não se conseguiu então, certamente não se conseguirá hoje. A própria situação de declínio da Escola estabeleceu uma relação de suspeita mútua entre ela e os órgãos do ministério. Formou-se o círculo vicioso pelo qual a Escola atribui à omissão e à ação negativa do ministério a existência de seus males; o ministério não se dispõe a auxiliar por não acreditar na eficácia de qualquer auxílio sem uma mudança profunda nas estruturas da Escola.

e. A Escola perdeu o espírito de criatividade

O desenvolvimento da criatividade individual era a base da didática de Gorceix. Esta criatividade, desenvolvida nas aulas e nos laboratórios, deveria frutificar nas pesquisas, nas publicações, nos desenvolvimentos tecnológicos. Vimos como, apesar da enorme carga administrativa e de ensino, os professores da primeira fase pesquisavam e publicavam seus trabalhos no Brasil e, no caso dos professores estrangeiros,

também na França. Por este espírito foi a Escola colocada por Derby, já em 1883, entre os três principais estabelecimentos científicos do país. Vimos, também, como lentamente se foi atrofiando a pesquisa, pela saída de muitos dos melhores pesquisadores e pela fetichização dos métodos de ensino. Um esforço da Fundação Gorceix, em 1964, no sentido de fomentar a pesquisa teve a reação negativa de um professor que caracterizou a medida de “sonhos de pesquisa científica” que só servem para ajudar professores estrangeiros a fazer suas teses de doutoramento com gastos astronômicos (ata de 04 de março de 1964).

Houve, por certo, tentativas de desenvolver a pesquisa no período de 1939 a 1976. A primeira delas foi a criação do Parque Metalúrgico na década de 1940. O Parque foi construído sob a supervisão dos professores José Barbosa da Silva e José Carlos E. Gornes. Mas nunca chegou a funcionar regularmente. Problemas de custos de manutenção, de burocracia, fizeram com que permanecesse a maior parte do tempo inativo, Como inativo se acha desde 1963. Pensou-se em arrendá-lo a empresas particulares, mas a idéia também não foi à frente. A criação do Instituto de Mineração e Metalurgia foi mais uma tentativa fracassada.

Outra iniciativa importante foi a criação do Instituto Costa Sena, pela Fundação Gorceix, com a finalidade de promover a pesquisa, em estreita colaboração com as indústrias, especialmente na área de metalurgia. O Instituto iniciou suas atividades em 1964 e em 1969 já contava com 7 pesquisadores, por ele mesmo enviados para treinamento no exterior. Três possuíam doutorado na França e quatro possuíam especialização no IRSID. Alguns trabalhos importantes foram desenvolvidos, citando-se como o de maior repercussão o da redução do consumo de lingoteiras na

Usiminas a quase a metade, permitindo economias de 2 milhões de cruzeiros já em 1969. Mais alguns trabalhos foram feitos, especialmente para a Usiminas. O desinteresse de outras empresas em comprar as inovações feitas ou em contratar pesquisas novas fez, no entanto, que o grupo inicial de pesquisadores se dispersasse, a maioria absorvida pela própria Usiminas. Atualmente, o Instituto mal sobrevive com dois pesquisadores apenas, cada um dirigindo um projeto (17).

Na própria Escola são pouquíssimos os projetos de pesquisa em andamento, limitando-se a atividade de pesquisa a poucos professores (18). Os laboratórios, geralmente bem equipados, são subutilizados. Há professores que se queixam de que não há recursos e apoio para pesquisas, mas também nunca se dirigiram aos órgãos que fornecem estes recursos – uma outra consequência do fechamento. Não, existe agressividade em buscar fora da Casa e fora do Ministério da Educação os recursos necessários para custear pesquisas e suplementar salários. Se a pesquisa tecnológica esbarra frequentemente no desinteresse das empresas, mesmo estas, resta ainda o recurso a órgãos como o BNDE e a FINEP, como resta também toda a área da pesquisa científica, básica ou orientada. Com o apelo a esses setores não é de todo impossível conseguir recursos, principalmente dentro das prioridades do Plano Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (19).

Parece que, independentemente da existência de fatores de natureza vária que trazem dificuldades à atividade de pesquisa, já se vinha perdendo algo fundamental do “espírito de Gorceix”: a ênfase na investigação e na criatividade científicas. Em relação ao ensino, aos programas e cargas horárias, pode-se dizer que ainda são satisfatórios,

tanto na parte técnica como, principalmente, na parte básica. Alguns observadores acham mesmo que há excessiva carga de aulas, em particular na área de matemática. Mas esta carga de trabalho que se exige dos alunos e o rigor que ainda existe em matéria de verificação de aprendizado não são hoje acompanhados da liderança intelectual que lhes dava sentido e produtividade.

Como dissemos, os métodos se tornaram fetiches. Com todo o rigor de Gorceix, e mesmo com sua rudeza, os alunos fizeram abaixo-assinado em 1891 para que não renunciasses. Em contraste, após 1940, as atas da Congregação estão cheias de reclamações de alunos com relação à excessiva rigidez didática de professores, indo a greves e pedidos de afastamento de alguns. Esta perda de liderança certamente tem a ver com a redução da atividade de pesquisa dos próprios professores.

Os pontos acima parecem resumir o que se poderia chamar de “decadência”. É possível que o resumo tenha carregado um pouco nos aspectos negativos. A Escola ainda forma bons profissionais e, embora já possa comparar-se desfavoravelmente com outras escolas na área, certamente mantém um nível de ensino ainda satisfatório. Mas é inevitável que, ao se avaliá-la hoje, tenha-se em conta os parâmetros por ela mesma criados no passado. Antes de ser uma injustiça, isto nada mais é do que uma homenagem à instituição.

Identificados os sintomas do declínio, podemos tentar relacionar as causas geralmente apontadas. Como foi mencionado, há uma tendência dentro da Escola em colocar em fatores externos a culpa por suas atribulações. Entre os fatores são mencionados os seguintes:

a. A perda da autonomia

A perda se teria dado em 1931, com a passagem para o Ministério da Educação e Saúde. As conseqüências, segundo a visão da Escola, seriam as já discutidas e que poderiam resumir-se na paulatina destruição das características administrativas e didáticas que fizeram a sua grandeza.

b. As reformas do ensino

Alguns professores dividem a história da Escola em antes e depois da lei de Diretrizes e Bases. A obrigação de preencher as vagas, incluída nessa lei, aliada ao vestibular classificatório e de múltipla escolha, introduzido um pouco mais tarde, teria enchido a Escola de alunos despreparados, tomando impossível a manutenção de um ensino de alto nível.

c. O descaso das autoridades

Não há mais o carinho que havia antes para com o estabelecimento. Não há verbas para as melhorias propostas. Chega a haver mesmo desrespeito formal, como no caso da nomeação, em 1973, pelo ministro Jarbas Passarinho, de um diretor que não estava sequer na lista enviada ao ministério.

d. Falta de condições físicas

Este ponto se refere tanto ao espaço físico como às condições de alojamento e de vida dos professores e alunos.

e. Insuficiência salarial

Os salários vigentes não permitem atrair e manter bons professores e pesquisadores brasileiros ou estrangeiros, como o tem demonstrado a experiência.

f. A Universidade de Ouro Preto

Pedida pelos professores como alternativa à incorporação à Universidade Federal de Viçosa ou à Universidade Federal de Minas Gerais, a Universidade Federal de Ouro Preto é hoje vista como mais uma interferência externa, sem a contrapartida de qualquer benefício. A Universidade tem sido antes um peso, pois embora seja em boa parte ainda uma ficção, ocupa espaço físico da Escola e, principalmente, faz normas e planos que vão afetar sua vida. Não há dúvida de que há algo de verdade em todas essas alegações. Mas os pontos se aplicam a todas as escolas superiores federais submetidas ao Ministério da Educação e não são típicos da Escola de Minas. Todas essas escolas estão sujeitas às maquinações dos burocratas do Ministério; devem submeter-se à legislação do ensino superior, com vestibular e tudo; todas devem adotar os mesmos níveis salariais para seus professores; muitas estão também com sérios problemas de espaço físico e com obras dos campus paralisadas ou avançando lentamente, por falta de verbas; todas estão sujeitas ao descaso das autoridades. O importante é perguntar por que muitas delas, embora enfrentando problemas semelhantes, conseguem desenvolver seu ensino, sua pesquisa e sua extensão, ao passo que a Escola de Minas não o consegue.

Quanto aos fatores de ordem interna, geralmente mencionados por observadores externos, poderíamos citar os seguintes:

a. Isolamento geográfico

A localização em Ouro Preto impede a contratação de bons professores e a atração de mais alunos. Impede também

a comunicação com outros centros e o desenvolvimento de um ensino de melhor qualidade.

b. Isolamento cultural

Para alguns, este isolamento é simples consequência do isolamento geográfico, mas, para outros, que não vêem na localização um obstáculo sério, ele é distinto, e se vincula mais a mentalidade que domina o corpo docente. A Escola se encapsulou, fechou-se sobre si mesma e não acompanhou a evolução da ciência, do ensino, e do próprio país.

c. O excessivo “inbreeding” do corpo docente

Se no início este *inbreeding* tinha sua justificativa e foi útil para estabelecer uma nova tradição de ensino e pesquisa, com o tempo passou a pesar negativamente e tomou-se fator apenas de conservação e de resistência a iniciativas renovadoras.

d. O espírito de tradição

A melhor caracterização desta crítica está no memorial de 1939, quando se compara a Escola com a cidade. O culto da tradição se volta contra seu próprio objeto, que é o “espírito de Gorceix”. Gorceix insistia em que não queria fazer obra acabada, mas algo que fosse sendo aperfeiçoado e adaptado à medida em que as circunstâncias o exigissem. A flexibilidade era a característica básica de seu espírito, ao passo que a rigidez passou a marcar a atitude e a ação dos cultores deste espírito. O culto da tradição leva também a uma reduzida capacidade de autocritica e de aceitação de criticas feitas por outros.

e. A ação da Associação dos Ex-alunos

Da parte da Escola, a ação dos ex-alunos é vista como positiva, tanto para preservar as tradições como para auxiliar nas dificuldades, embora se ache também que o interesse dos ex-alunos é muitas vezes mais sentimental do que qualquer outra coisa. Mas para alguns observadores, a Associação age freqüentemente como um obstáculo no caminho da reforma, bloqueando medidas que julga descaracterizadoras da instituição.

f: A estrutura de cursos e a composição do currículo

Este ponto é controverso. Em relação ao currículo, por exemplo, alguns acham excessiva a carga horária de aulas, muito acima do requerido pelo Conselho Federal de Educação. O programa de matemática, particularmente, seria pretensioso. Mas há os que vêem nesta exigência maior, especialmente nas áreas básicas, um dos aspectos a preservar. Igualmente há discordâncias quanto ao tipo de cursos. Alguns defendem a volta à idéia original de Gorceix e a eliminação da engenharia civil, cujo ensino fica prejudicado em Ouro Preto. Outros acham que se deveria voltar à estrutura antiga do curso geral de 6 anos, que formava engenheiros de minas, metalúrgicos e civis.

Parece-nos que estes fatores têm valor diferente. A questão da localização geográfica, que tempos atrás poderia ser importante, hoje já não parece ser tão decisiva. A transferência, quando foi pela primeira vez discutida, em 1894, poderia mesmo ter evitado problemas posteriores. Mas hoje a localização não é um obstáculo sério, exceto para o curso de engenharia civil. Um bom número de professores

ainda mora em Ouro Preto e a viagem para Belo Horizonte é rápida. Para o estudo de matérias básicas, a localização em Ouro Preto pode ser até favorável. O problema de residências para professores e alunos é perfeitamente solúvel, uma vez que se decida alocar recursos neste sentido. A atual localização favorece também a descentralização do ensino, descongestionando a excessiva demanda sobre as universidades Federal de Minas Gerais e Católica, em Belo Horizonte.

Outro ponto duvidoso é o referente ao peso dado às disciplinas básicas. Mas isto só pode ser resolvido em função da alternativa que for adotada para os cursos. Algumas propostas, como veremos, sugerem que a Escola se dedique totalmente ao ensino dessas matérias. Mas se ela deve principalmente formar técnicos, não há por que manter a ênfase. O aprofundamento nas áreas básicas, neste caso, seria deixado aos cursos de pós-graduação.

Também não faz sentido voltar ao sistema antigo de seis anos, nem parece que seu abandono tenha tido qualquer coisa a ver com o declínio. O abandono do curso enciclopédico foi uma exigência da especialização do mercado de trabalho do engenheiro de hoje e nada leva a crer que esta especialização vá diminuir. Na mesma linha de argumento, a introdução da engenharia civil, se foi um recurso salvador, certamente muito acima do requerido pelo Conselho Federal de Educação. O programa de matemática, particularmente, seria pretensioso. Mas há os que vêem nesta exigência maior, especialmente nas áreas básicas, um dos aspectos a preservar. Igual mente há discordâncias quanto ao tipo de cursos. Alguns defendem a volta à idéia original de Gorceix e a eliminação da engenharia civil, cujo ensino fica prejudicado em Ouro Preto. Outros acham que se deveria

voltar à estrutura antiga do curso geral de 6 anos, que formava engenheiros de minas, metalúrgicos e civis. Parece-nos que estes fatores têm valor diferente. A questão da localização geográfica, que tempos atrás poderia ser importante, hoje já não parece ser tão decisiva. A transferência, quando foi pela primeira vez discutida, em 1894, poderia mesmo ter evitado problemas posteriores. Mas hoje a localização não é um obstáculo sério, exceto para o curso de engenharia civil. Um bom número de professores ainda mora em Ouro Preto e a viagem para Belo Horizonte é rápida. Para o estudo de matérias básicas, a localização em Ouro Preto pode ser até favorável. O problema de residências para professores e alunos é perfeitamente solúvel, uma vez que se decida alocar neste sentido. A atual localização favorece também a descentralização do ensino, descongestionando a excessiva demanda sobre as universidades Federal de Minas Gerais e Católica, em Belo Horizonte.

Outro ponto duvidoso é o referente ao peso dado às disciplinas básicas. Mas isto só pode ser resolvido em função da alternativa que for adotada para os cursos. Algumas propostas, como veremos, sugerem que a Escola se dedique totalmente ao ensino dessas matérias. Mas se ela deve principalmente formar técnicos, não há por que manter a ênfase. O aprofundamento nas áreas básicas, neste caso, seria deixado aos cursos de pós-graduação.

Também não faz sentido voltar ao sistema antigo de seis anos, nem parece que seu abandono tenha tido qualquer coisa a ver com o declínio. O abandono do curso enciclopédico foi uma exigência da especialização do mercado de trabalho do engenheiro de hoje e nada leva a crer que esta especialização vá diminuir. Na mesma linha de

argumento, a introdução da engenharia civil, se foi um recurso salvador, certamente reduziu a profundidade do treinamento nas outras áreas. Hoje, no entanto, já não haveria razões poderosas para manter o curso.

Quanto à atuação da Associação dos Ex-alunos, não se pode negar que ela tenha sido útil em alguns pontos, especialmente através da Fundação Gorceix. É conhecida também a ação de ex-alunos em facilitar a colocação de recém-formados nas empresas que dirigem ou em que trabalham. Os críticos se referem mesmo à existência de uma pequena máfia, cujos membros se protegem mutuamente. Em grande parte, porém, a vinculação dos ex-alunos com a Escola se reveste de natureza sentimental. Muitos deles se limitam a cultivar as lembranças de seus tempos de Ouro Preto e de “república” e a tentar preservar o que deles resta. Este sentimentalismo é que pode constituir-se em obstáculo a que percebam mais profundamente as necessidades da Escola e insistam em medidas inúteis, senão prejudiciais. Dado o forte *esprit de corps* que até hoje cultivam, e dado o fato de que muitos deles ocupam posições importantes na indústria e em órgãos do governo, poderiam constituir-se em importante ponto de apoio para a reforma. Mas, por enquanto, a maioria se limita aos melosos discursos do 12 de outubro, com as indefectíveis referências ao “espírito sagrado de Gorceix”, à “família da Escola de Minas”, às “gloriosas tradições da Casa de Gorceix”, à “mística que envolve a Escola de Minas” e semelhantes preciosidades.

Os fatores internos não comum a outras universidades, que nos parecem ter ido maior peso no declínio, seriam os referentes ao *inbreeding*, ao isolamento cultural e ao culto da tradição, todos de alguma forma relacionados. Cabe aqui, para ilustrar este ponto, a rápida comparação da Escola de Minas

com dois outros estabelecimentos de ensino de Minas Gerais. Existe em Ouro Preto, desde 1839, um escola superior de Farmácia que nunca se salientou, nunca produziu um pesquisador de importância, ou um tecnólogo de valor. No entanto, assim como a Escola de Minas produziu bons matemáticos, bons químicos, bons geólogos, ao lado de bons engenheiros, o mesmo poderia esperar-se da Escola de Farmácia, que também ensinava disciplinas básicas como física, química e botânica, além das disciplinas especializadas. O método, a organização, a filosofia e os salários da Escola de Minas fizeram a diferença.

Em 1922 foi criada uma Escola Superior de Agricultura e Veterinária numa pequena cidade do sul de Minas (Viçosa), distante 200 km de Belo Horizonte e 400 km do Rio de Janeiro. A Escola, inaugurada em 1926, foi criada por Artur Bernardes para beneficiar sua terra natal. Para organizá-la, foi convidado o professor americano Peter Henry Rolfs, do Florida Agricultural College. Num paralelo curioso com o caso de Gorceix, foi convidado em primeiro lugar o organizador da Escola Superior de Agricultura Luís de Queiroz, de Piracicaba, Eugene Davenport. Por se julgar já muito idoso para a tarefa, sugeriu Rolfs. Este, com o auxílio de um ex-aluno de Ouro Preto, Astolfo da Silveira, e de Arduíno Bolivar, iniciou a construção, tomando como modelo os Land-grant Colleges que revolucionaram o ensino técnico na área agrícola nos fins do século passado nos Estados Unidos.

O estabelecimento, 50 anos mais novo do que a Escola de Minas, iniciou modestamente seu curso de agricultura em 1929, com 9 alunos, e o de veterinária, em 1932, com 8 alunos. Transformado em Universidade rural de Minas Gerais em 1948 e federalizado em 1969, com o nome de

Universidade Federal de Viçosa, é hoje um exemplo de dinamismo na área do ensino, da pesquisa e da extensão. Em 1961 a Universidade deu início, pela primeira vez no Brasil, à pós-graduação em ciências agrárias, em convênio com a Universidade de Purdue. Até hoje já formou mais de 500 mestres e alguns doutores. Em 1976, funcionavam 12 cursos de mestrado e 4 de doutorado. Seu corpo docente, neste mesmo ano, incluía 67 doutores com curso de doutorado, a maioria no exterior, 120 mestres, na maioria formados por ela mesma, e 112 bacharéis, em flagrante contraste com a situação de Ouro Preto.

Na área de pesquisa, a Universidade de Viçosa tem-se salientado no estudo de novas variedades de sementes de milho, soja, feijão, arroz, tomate etc. Possui convênios com instituições estrangeiras e brasileiras para promover pesquisas conjuntas. Com a Universidade Federal de Minas Gerais possui um projeto na área de tecnologia de alimentos à base de soja. A partir da ação de um de seus ex-alunos foi criada a empresa Agrocere, que produz 40% do milho híbrido no país, sendo que algumas das variedades, como o opaco-2, foram desenvolvidas em Viçosa. Na extensão, vem organizando, desde 1929, a Semana do Fazendeiro, tradicional encontro em que novas técnicas e novos métodos agrícolas são comunicados e demonstrados a dezenas de agricultores e pecuaristas. além de manter cursos de extensão e treinamento em convênio com órgãos do governo, como a Cibrazem e outros. Publica, também, duas revistas técnicas (20).

A escola de Viçosa, criada em local ainda mais isolado do que Ouro Preto, com o apoio apenas do governo estadual, e sofrendo hoje as mesmas conseqüências derivadas da vinculação ao Ministério da Educação, foi capaz, através de

constante contato com o ambiente externo, nacional e internacional, não só de manter como de aumentar o dinamismo inicial. Se não teve no início o mesmo impacto que a Escola de Minas, isto se deve ao fato de já existirem bons cursos de agricultura quando foi criada e à menor ênfase de seu ensino em matérias básicas. Com a introdução da pós-graduação, no entanto, esta deficiência poderá ser recuperada e a pesquisa terá melhores condições de desenvolver. A palavra declínio é desconhecida em Viçosa.

Encasulando-se para defender um patrimônio que era rico, a Escola de Minas cortou as fontes em que ele se alimentava. Será necessário que ela reabra as fontes para reconstituir o patrimônio, agora sob novas formas e de acordo com os novos tempos.

NOTAS DO CAPÍTULO

* Capítulo publicado inicialmente no livro *A Escola de Minas de Ouro Preto: o Peso da Glória*, Rio de Janeiro, FINEP, págs. 134-154, 1978. Agradecemos à Finep pela autorização e cessão dos direitos autorais para publicação, bem como ao Professor José Murilo de Carvalho pela gentileza em escrever uma nota introdutória ao presente capítulo quase duas décadas após a sua primeira publicação.

(1) V. “Mensagem apresentada ao Congresso Nacional em 03/05/1921”, em Epitácio Pessoa, *Mensagens ao Congresso*, p. 317.

(2) Reproduzido em *A mudança da sede da Escola Nacional de Minas e Metalurgia da Universidade do Brasil – Memorial apresentado à Congregação*, p. 19-20.

(3) *A mudança*, p. 8.

(4) É possível que injunções da política republicana tenham influenciado a tentativa de mudança para Barbacena. De um lado, o ministro que assinou o decreto era da Zona da Mata de Minas. Os mesmos atritos com o grupo de Ouro Preto que levaram à mudança da capital podem ter atuado na tentativa de tirar a Escola daquela cidade. Acresce a isto o fato de ter Archias Medrado se indisposto com outros professores republicanos, ou vice-versa, o que justificaria entendimentos seus com Floriano no sentido da transferência. Para as discussões no Congresso sobre a mudança, v. Antônio Olinto (dos Santos Pires) “Memória histórica”, *Anais da Escola de Minas de Ouro Preto*, n.º 7, p. 9-111.

(5) Bernardino Correa de Matos Jr., op. cit., p. 132.

(6) Álvaro Lúcio, “1876/1949”, *REM*, ano XIV, n.º 4 (outubro, 1949), p. 3.

(7) *Ibidem*, p. 3.

(8) Moacir do Amaral Lisboa, “Discurso na sessão comemorativa do 97.º aniversário da ENMUFOP”, p. 13.

(9) Glycon de Paiva, “Eis a herança da Escola de Minas”, *Estado de Minas*, de 12 de outubro de 1976, Edição Especial, p. 3, e entrevista pessoal.

(10) Amaro Lanari Jr., “A Escola do meu tempo”, *Jornal do Brasil*, de 31 de outubro de 1975, e entrevista pessoal.

(11) Informação prestada pelo Prof. Othon Henry Leonardos.

(12) Sobre as oportunidades perdidas, v. José Pedro Xavier da Veiga, “A tese do isolacionismo”, *Estado de Minas*, de 12 de novembro de 1976.

(13) Para um levantamento da participação da Escola em conferências e congressos, v. Moacir do Amaral Lisboa, “Discurso”, p. 14-16. Para uma relação de prêmios conseguidos, v. “60.º aniversário da Escola de Minas”, *REM*, ano 1, n.º 5 e 6 (1936), p. 173-176.

- (14) Sobre a pós-graduação, v. a aula inaugural pronunciada por Amara Lanari Jr., REM, ano XXXVI. Vol. XXX, n.º 3 (outubro de 1972), p.28-29. V. também, do mesmo A. Lanari Jr. o discurso de aniversário em 1967. REM. vol.. XXVI, n. 2 (junho 1968), p. 94-99.
- (15) Entrevista com José Ramos Dias, secretário da Fundação Gorceix.
- (16) Sobre a vida hoje nas “repúblicas”, v. reportagem no Estado de Minas, de 12 de outubro de 1976, p. 10-11. Algumas opiniões de alunos sobre a situação atual estão registradas em reportagem do Jornal do Brasil, de 17 de outubro de 1971, p. 24.
- (17) Entrevista com José Ramos Dias e com o Prof. Walter José Von Krüger, presidente da Fundação Gorceix. Sobre o Instituto, v. o informativo publicado na REM, vol. XXVII, n.º 4 (outubro, 1969).
- (18) V., por exemplo, o Relatório das atividades de 1975, publicado pela UFOP, p. 74-78. Em termos de pesquisas contratadas, há uma, com a Petrobrás. na área de mineração, e duas (Usiminas e Acesita Florestal), na área de metalurgia, através da Fundação Gorceix.
- (19) A respeito da dificuldade em introduzir tecnologia nacional, mesmo nas empresas estatais, v. Sérgio Francisco Alves e Ecila Mutzenbecher Ford, O comportamento tecnológico das empresas estatais, Rio de Janeiro, FINEP, 1976, e José Murilo de Carvalho, “A política científica e tecnológica do Brasil”, Belo Horizonte, mimeo, 1976. Ilustração prática desta dificuldade é fornecida pela própria inovação introduzida na Usiminas pelas pesquisas do Instituto Costa Sena. Não se conseguiu vender o resultado para nenhuma outra empresa, inclusive a CSN e a Cosipa. Argumentava-se que a inovação tinha sido desenvolvida em outra empresa e que não interessava copiar de uma competidora (depoimento do Prof. Walter Von Krüger).
- (20) Sobre a Universidade Federal de Viçosa, em seu cinquentenário, v. reportagem em Estado de Minas, de 28 de agosto de 1976. P. 6-7, e no Jornal do Brasil, de 31 de agosto de 1976, p.14-15. V. também Theódulo Pereira, “Assim nasceu a esperança, ou seja, a Universidade de Viçosa”, *Estado de Minas*, de 28 de agosto de 1976, 2.ª seção, p. 1.